



# Anais da Assembléia

Nº 70

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 1979.

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1979

### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacii, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguialdo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

#### Ofício.

Sob o n.º 075/79, do Senhor João Alves de Mattos, Presidente da Câmara Municipal de Altônia, encaminhando requerimento de autoria do Vereador Maurício Pereira da Silva, solicitando a esta Casa de Leis, o empenho na elevação do Distrito de São Jorge à Categoria de Município, visto que, aquele Distrito preenche todos os requisitos para a criação de Município.  
- Ao conhecimento da Casa.

#### Requerimentos.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 72/79, que dispõe sobre férias não gozadas e já prescritas e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 74/79, que visa denominar Deputado Olívio Belich, a via de acesso à cidade de Porto Amazonas.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com o poema "Triunfo" de "Presciliana Duarte de Almeida", gostaria de requerer o meu voto de pesar.

"Todo trabalho é custoso

E o trabalho é o nosso bem

Mata o tédio o preguiçoso;

Vadio glória não tem

Só quem trabalha descansa!

Só quem descansa sorri!

Move o trabalho a esperança,

Sofre ali, triunfa aqui!

Linguas estranhas se aprendem!

Os povos as mãos se estendem,

Surge entre homens o amor;

Têm os sábios mais valor".

A minha homenagem ao grande sábio do teatro "Procópio Ferreira", que com a sua morte deixa um imenso vazio na cultura nacional.

A minha homenagem a este grande artista que continuará sempre a viver mais e mais, pois jamais serão esquecidas as suas representações nestes últimos sessenta (60) anos. A cultura nacional está de luto, o teatro emudecido.

Da decisão do plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) WERNER WANDERER

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. Aurelino Mader Gonçalves, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, seja dado ciência à família enlutada, com residência à Rua Dr. Pedrosa, 152.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata voto de pesar, pelo falecimento do Sr. JOSÉ ISAIAS BLUM, ocorrido no dia 17 último, na cidade de Ponta Grossa.

O extinto, mais conhecido por Duca Blum, maneira carinhosa com que era tratado por seus amigos, nunca exerceu nenhum cargo público, mas sempre se salientava por ser um político atuante, filho de tradicional família, uma das fundadoras do Município de Ipiranga, não só deixou consternados seus entes queridos, como também aqueles que com os quais privava da mais alta relação de amizade e companheirismo.

Outrossim, solicito ainda, que, após a aprovação do presente, se dê ciência a seus familiares, por intermédio do Senhor Prefeito do Município de Ipiranga.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1979.

(a) JURANDIR MESSIAS

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui

ções regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Maria de Souza, ocorrido no dia 18 de junho do corrente ano, na cidade de Ibaiti.

O extinto, com seu passamento, consternou a sociedade ibaitiense, na qual era pessoa grandemente estimada e era também pai de João Maria de Souza Filho, vereador naquela comuna.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho, através da Câmara Municipal do referido município.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1979.

(a) GABRIEL MANOEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações à Associação dos Magistrados do Paraná, pela realização do XII SEMINÁRIO REGIONAL DA MAGISTRATURA PARANAENSE, realizado em Cornélio Procopio, nos dias 15, 16 e 17 do corrente mês.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência aos seguintes: Dr. Celso Araújo Guimaraes - Juiz de Direito de Cornélio Procopio; Dr. Odory Campos Barbosa - Juiz de Direito de Cornélio Procopio e Desembargador Luís Renato Pedrosa - Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná - Palácio da Justiça - CURITIBA.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) ROSÁRIO PITELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de aplausos ao Vereador curitibano Eugênio Bim, que propôs a formação de uma Comissão de Vereadores destinada a estudar e sugerir medidas para disciplinar o funcionamento dos estacionamentos particulares de veículos em Curitiba. Requer, também, que se dê ciência da decisão desta Casa àquele ilustre representante do povo na edilidade curitibana.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS

#### JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não poderia ficar indiferente à iniciativa proposta por aquele vereador, iniciativa aprovada pela Câmara Municipal de Curitiba, porquanto aquela comissão, formada pelos Vereadores Eugênio Bim, Jorge Iamawaki e Everaldo Silva, certamente, por estudar um problema tão sério, que afeta interesses de grupos, será pressionada, de uma forma ou de outra. É preciso, portanto, que se dê apoio à iniciativa. O problema que esta comissão vai analisar, é dos mais sérios e como até agora nada há que o regulamente, as irregularidades ficam por conta de cada proprietário desses estabelecimentos particulares, trazendo transtornos aos proprietários, ao trânsito de veículos e ao trânsito de pedestres, sem que nenhuma sanção pese sobre eles, sobre esses estacionamentos. Era preciso disciplinar o funcionamento e o estabelecimento de estacionamentos de veículos em Curitiba, que virá coibir, sem dúvida alguma, os abusos que se cometem contra o consumidor, no caso, o proprietário de veículo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições, aten-

didas as formalidades legais, REQUER, um voto de congratulações à União Paranaense de Estudantes Secundários - UPES, pela comemoração, em data de ontem, de seu 34.º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, o envio de correspondência, contendo teor do presente, àquela associação estudantil.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

1 - Com a queda do Estado Novo e, por via de consequência, da ditadura, os estudantes secundários do Paraná se organizaram e a 17 de junho de 1945 fundavam a UPES, cujas finalidades principais eram: a) defesa dos interesses e luta pela conquista das reivindicações dos estudantes secundários de todo o Estado do Paraná; b) lutar pelo barateamento do ensino e material didático, tornando-os acessíveis a todas as camadas populares; c) proceder, minuciosamente, o exame das condições em que vive, estuda e trabalha o estudante secundário, procurando melhorá-las; d) defesa da democracia; e) combate ao analfabetismo e consequente luta pela gratuidade do ensino secundário, considerando a necessidade que tem a Nação de cidadãos com conhecimentos superiores ao simples "saber ler".

2 - Os 34 anos de luta, comprovam a importância da existência da entidade, que inúmeras vezes sofreu com a repressão dos eventuais dirigentes do País, mas, mesmo posta na ilegalidade em fevereiro de 1967, continua a lutar em defesa dos estudantes secundários do Paraná. Com o fim da legislação excepcional, mais precisamente o Decreto 228, a UPES voltará à legalidade, apesar de que a legitimidade de sua existência jamais pôde ser contestada.

3 - É importante ressaltar que a UPES, como a maioria das entidades estudantis, sempre foi um nascedouro de lideranças políticas. Muitos foram os ex-presidentes da União Paranaense de Estudantes Secundários, que se destacaram no cenário político paranaense. Entre eles: Odilon Túlio Vargas, Norton Macedo Correia, Adolpho de Oliveira Franco Júnior, Cândido Manoel Martins de Oliveira, Enéas Faria, José Vicente Elias. E mesmo na época obscurantista, de cuja escuridão estamos saindo, muitos foram os presidentes corajosos que jamais olvidaram na luta em defesa dos interesses dos estudantes e, consequentemente, da sociedade brasileira.

4 - Na prática, a própria existência independente da UPES, justifica o apoio que esta Casa tem a obrigação de dar e nunca poderá negar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, voto de louvor à UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundários) pela passagem do seu aniversário no último dia 17 de junho de 1979.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência aos responsáveis por esta entidade.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

Em junho de 1945, surgia a UPES, que vinha imbuída de um desejo de participar da vida política nacional logo após a queda do "Estado Novo" e da ditadura Vargas.

Nos últimos trinta e quatro anos a UPES serviu como escola para jovens que pretendiam ocupar cargos públicos, vários ex-presidentes desta entidade ocuparam ou ocupam hoje cargos de relevo, poderia citar vários nomes, mas apenas como exemplo gostaria de lembrar os nomes dos Senhores Túlio Vargas, Presidente do BRDE; Adolfo Franco, Deputado Federal; Norton Macedo, Deputado Federal; do ex-Deputado e ex-se-

cretário de Educação Cândido Martins de Oliveira; do ex-Deputado Enéas Faria, entre tantos outros.

Somente isto já justificaria o meu voto de louvor, mas se precisasse mais, diria somente que o meu voto se justificaria pela participação séria e consciente que esta entidade vem tendo no decorrer dos anos, unindo e servindo, como escola para aqueles que pretendem depois galgarem posições públicas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, aos Senhores Secretários dos Transportes, Educação, Segurança Pública, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Prefeitos de Londrina e Maringá, no sentido de que sejam elaborados estudos para a criação e construção de Parques para a Prática Educativa de Trânsito, nos Municípios de Londrina e Maringá, bem como em outros municípios, em consonância com a Portaria n.º 301/79, do Departamento de Estradas de Rodagem.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) RUBEN VLADUGA

#### JUSTIFICATIVA:

A conscientização da população para determinados problemas, nem sempre surte os efeitos desejados, principalmente nos adultos, em função de vários fatores, tais como: vícios adquiridos durante um longo período, falta de maior comunicação por parte dos órgãos encarregados, desinteresse da população, ou mesmo fatores psicológicos inerentes a cada indivíduo etc.

Está provado que somente durante a formação da personalidade do indivíduo é que se consegue introduzir nos seus atos certas atitudes que em outras idades dificilmente se conseguirá.

Por esses motivos, nem sempre a "massificação" da população com propagandas de fundo puramente teórico, surte os efeitos que se deseja, pois a faixa de idade em que melhor se assimila tais ensinamentos está na juventude, desde que incutido na mente do indivíduo a prática de certos hábitos, seguido, naturalmente, de outros preceitos teóricos que contribuem para um melhor entendimento.

Assim, o ensinamento prático das atividades de trânsito, notadamente nas situações mais rotineiras do "dia a dia", em muito ajudará para que os futuros condutores de veículos automotores possam iniciar suas atividades, quer sejam de lazer ou como profissionais, de uma forma mais conscientes, de modo a preservar vidas humanas.

Assim, a reativação da COORDENAÇÃO DE PRÁTICA EDUCATIVA DE TRÂNSITO pelo Senhor Governador do Estado, fato que merece elogios, vem prestar relevantes serviços à coletividade, preparando o adolescente para o dia de amanhã, instruindo-o psicologicamente e antecipando seus conhecimentos na ante-véspera da aquisição de sua carteira de motorista.

Sob a Corodenação do Professor Pedro Kramer Diotalevi, a educação de trânsito, é proporcionada ao menor através de cidades "Fantasia", contendo tudo o que é necessário para um melhor desempenho na cidade "real" e abrange alunos da faixa etária de 11 a 14 anos de idade, quando está terminando a primeiro grau.

Esperamos, pois, que esta atitude do Governador Ney Braga, encontre ressonância e apoio junto aos Senhores Deputados, Prefeitos, Vereadores e demais autoridades, Clubes de Serviços e União Cívica Feminina, das cidades atingidas por tal benefício, porque somente dessa maneira poderemos preparar a comunidade para o dia de amanhã, e quem sabe, salvar vidas ainda hoje.

No momento em que o veículo ao invés de servir passou

a ser uma ameaça constante a todos, só nos resta dizer: "Pare, Olhe... Viva.(Prática Educativa de Trânsito).

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao programa "PARANÁ EM MARCHA", pela forma imparcial como vem sendo conduzido na atualidade, apresentando notícia e entrevistas que enfocam o pensamento de homens preocupados com o Estado, sem distinção de cores partidárias.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

Com a vigência da inoportuna Lei Falcão e com as facilidades encontradas pelo Governo para divulgação do material de seu interesse, quer pelos noticiários, quer através de publicações de igualdade para ecoar junto ao grande público radiofônico. Felizmente, no atual Governo, a linha de conduta que vem sendo adotada para a edição do programa em referência é digna de elogios e merece destaque, pois vem sendo divulgado o trabalho de ambos os lados (situação e oposição), indistintamente. Organizado pela empresa G. Cadamuro Publicidade e Promoções, o programa é gerado para 54 emissoras do Paraná, com duração de cinco minutos diários, no horário das 07,30 para o interior e entre 07,30 e 10,00 horas para as emissoras da Capital. O programa é levado ao ar via TELEPAR e conta com o jornalista Milton Ivan, na qualidade de editor, tendo ainda o competente Lineu Borges como repórter político. A produção está no ar há quatro anos, porém, somente agora vem realmente fazendo por merecer os aplausos do Paraná, pois está adotando uma linha imparcial de divulgação, exercendo um jornalismo vibrante e com participação de todos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, atendidas as formalidades legais, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Oscar Alves, Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando informações quanto à data em que entrará em funcionamento o Posto de Saúde da localidade de São Pedro, Município de Toledo.

Requer, também, o envio de correspondência, comunicando o presente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Toledo, bem como ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

O Posto de Saúde da localidade de São Pedro, construído à época eleitoral, não possui sequer os instrumentos necessários para seu funcionamento. Inaugurado no mês de novembro do ano passado, sua entrada em atividades, o mais rápido possível, é necessária para a população daquela localidade e adjacências, composta por aproximadamente quinze mil habitantes, principalmente porque os atuais recursos médicos mais próximos encontram-se em Toledo, distante mais de trinta quilômetros.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Chefe do Poder Executivo Estadual, sugerindo que sejam procedidas gestões junto ao Governo Federal e Itamarati, visando a inclusão do nosso Estado no roteiro de

visitas do Papa João Paulo II, se oficializada a sua vinda ao Brasil em 1980, conforme tem sido amplamente divulgado.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979

(aa) MÁRIO CELSO e FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A imprensa nacional está divulgando amplamente a possibilidade da vinda do Papa João Paulo II ao Brasil, em meados de 1980, quando o Sumo Pontífice deverá prestigiar a abertura do Congresso Eucarístico Nacional, a realizar-se na Cidade de Fortaleza.

Convites neste sentido já teriam sido formulados ao Chefe da Igreja Católica pelas autoridades brasileiras, sabendo-se que os primeiros contatos foram mantidos por Don Aloísio Lorscheider e por Don Eugênio Salles.

Justifica-se a inclusão do Paraná no roteiro da visita Papal, em razão de aqui residirem vários de seus amigos, tais como: Don Inácio Krause, que além de bispo brasileiro é também bispo de Shunteh-fu, da Diocese da China, o qual tendo conhecido o Cardeal Karol Wojtyla na Polônia mantém até a presente data troca de correspondência com o mesmo.

Devemos considerar também que grande parte dos sacerdotes que trabalham no Paraná são naturais da Polônia ou de origem polonesa e conhecem pessoalmente o Papa João Paulo II. Na recente visita ao seu País de origem, o Sumo Pontífice fez-se acompanhar de uma comitiva especial, da qual participava, ao seu convite, Don Domingos Wisniewski, ex-bispo auxiliar de Curitiba, atual bispo de Cornélio Procopio, que há longo tempo desfruta da amizade pessoal do atual mandatário da Igreja.

Don Domingos, além de suas visitas à Polônia, oportunidades em que não deixava de conversar e trocar idéias com o então Cardeal Wojtyla, participou junto com este do Congresso Eucarístico de Filadélfia, solidificando uma amizade que o fez merecedor de participar recentemente da comitiva do Papa.

Ainda nesta viagem do bispo de Cornélio Procopio à Roma, seguiu em sua companhia seu substituto Don Ladislau Biernaski, Bispo Auxiliar de Curitiba.

Don Inácio Krause, polonês, reside atualmente no Seminário Menor São Vicente de Paulo, em Araucária, e nas proximidades de Curitiba existem várias colônias polonesas, tais como: Thomás Coelho, Araucária, Contenda, Catanduvas, Murici, Orleans, Abranches e muitas outras, nas quais residem milhares de poloneses que gostariam de rever pessoalmente seu conterrâneo, que foi conduzido ao mais alto posto da Igreja Católica.

Lembramos ainda que há pouco tempo cogitou-se na oficialização do convite para que o Papa João Paulo I (Albino Luciani) viesse ao Brasil, com a inclusão dos Estados do Sul em seu roteiro de visitas porque uma das localidades do território sulino residiam vários de seus parentes, inclusive um de seus irmãos.

Sabedores de que tanto o Governador do Paraná como o Presidente da República são pessoas identificadas com a religião católica, participantes de promoções religiosas, acreditamos no sucesso das gestões, que certamente serão recebidas com simpatia.

Se concretizada a vinda do Papa ao nosso Estado, terá ele a oportunidade de rever muitos amigos, dentre os quais alguns que estão impossibilitados de se deslocar à Fortaleza ou mesmo ao eixo Rio de Janeiro/São Paulo.

Somado a tudo isso, será uma oportunidade, talvez única, dos católicos do Paraná participarem ativamente de uma aclamação pessoal ao nosso Papa.

O povo de nosso Estado sempre está presente nas grandes festas religiosas, haja visto o encerramento das Missões que levou às ruas de Imbituva uma multidão incalculável e também a Procissão de Corpus Christi, em Curitiba, que contou com

a participação de milhares de fiéis.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, usando de suas atribuições, atendas as formalidades legais, REQUER seja enviada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, solicitando a conclusão da ferrovia Cianorte-Guaíra.

Requer, outrossim, o envio de correspondência, comunicando o teor do presente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guaíra.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH.

#### JUSTIFICATIVA:

1. A distância que separa Guaíra de Cianorte é de 201 km de uma topografia quase plana, portanto, sem os problemas de uma região acidentada que dificulta e encarece sobremaneira a construção de uma ferrovia.

Região totalmente colonizada, com maioria de pequenas propriedades rurais, cujo índice demográfico rural é dos mais altos do Paraná.

2. Há muitos anos a construção desta ferrovia foi interrompida, mas a população de Guaíra, que sofrerá imensos prejuízos com o desaparecimento das "Sete Quedas", aguarda sua finalização, pois ela será o corredor para escoamento da produção agrícola daquela região.

3. Reivindicação neste sentido já foi proposta pela AFRONT — Associação das Câmaras da Faixa de Fronteira, em reunião realizada no último dia 26 de maio, na Cidade de Guaíra.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER, seja encaminhada solicitação ao INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ — ITC —, bem como ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA —, no sentido de serem agilizadas providências solucionadoras quanto aos problemas possessórios e dominiais existentes até hoje nas áreas dos povoadamentos de DIAMANTE DO OESTE, RAMILÂNDIA, VILA ESMERALDA, VILA SÃO FRANCISCO (Ponte Nova), MARQUESITA e AGRO-CAFEIEIRA, todas do Município de Matelândia (PR), sendo que tal situação tem causado inúmeros transtornos aos moradores distritais, atrasando o desenvolvimento urbano-social e diminuindo o valor patrimonial das propriedades.

A interveniência dos órgãos nominados se impõe para que seja possível imediata regularização dos problemas, legalizando-se as áreas sob indefinição documental e dominial.

(Pede-se cópias ao Prefeito e Câmara Municipal)

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH,

#### JUSTIFICATIVA:

a) Em sendo as localidades de Diamante do Oeste, Ramilândia, Vila Esmeralda, Vila São Francisco (Ponte Nova), Marquesita e Agrocafeieira, todas de expressão social e econômica do Município de Matelândia, NÃO É POSSÍVEL que problemas de irregularidades documentais e dominiais estejam atrapalhando o desenvolvimento ainda maior das comunidades;

b) Assim sendo, ante tal problemática, com gravíssimos reflexos no dia-a-dia da vida social e patrimonial de tais distritos, há que se documentar definitiva e legalmente terrenos e chácaras envolvidos em antigos casos de inadequação imobiliária;

c) Requer-se, pois, a intercessão dos órgãos referidos neste

pedido, objetivando a indispensável participação dos mesmos na equação derradeira do assunto evidenciado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, solicitando a designação de um Delegado Especial para investigar as causas do aumento da violência policial no Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979

(a) DENI SCHWARTZ.

#### JUSTIFICATIVA:

1. As denúncias sobre violências policiais no Sudoeste tem aumentado nos últimos meses.

2.- Em Pato Branco e Salgado Filho foram afastados os respectivos delegados, além de policiais para investigação; numa ação louvável da Secretaria de Segurança;

3.- Em Salgado Filho inclusive, o ex-delegado teve sua prisão preventiva decretada.

4.- No último sábado, dia 16, na Delegacia de Polícia de Ampére, ao assistir um seu cliente, o advogado Gelindo João Folador, foi detido em uma sala pelo escrivão, que é cabo da PME, e ameaçado de morte sob a alegação de que o referido bacharel já o havia, por duas vezes, denunciado à Justiça;

5.- No Município de Enéas Marques o Delegado, juntamente com um policial matou há poucos dias, duas pessoas que se encontravam em um bar, sob a alegação de ofensas e ameaças recebidas;

Nesse mesmo município o Delegado responde, em juízo, acusação de vender armas apreendidas de terceiros.

6.- O clima gerado por tais fatos é de insegurança o que justifica uma investigação mais apurada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, a retirada da Ordem do Dia, por 8 (oito) sessões, do requerimento de minha autoria e que trata de pedido de informações junto à Secretaria da Educação.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 85/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI —, de Matelândia, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Matelândia, constituiu-se em entidade jurídica de finalidades filantrópicas e sócio-assistenciais da Maternidade e da Infância.

Legalmente constituída preenchendo todos os requisitos legais, além de desenvolver um trabalho de grande relevância na comunidade matelandiense, a APMI daquele município necessita da declaração de utilidade pública Estadual, para desenvolver com maior intensidade os seus objetivos propostos.

Para tanto, contamos com a aprovação dos Senhores Pares.

##### PROJETO DE LEI N.º 86/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU — FUNEFI —, com sede e foro no Município e Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

#### JUSTIFICATIVA:

A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU —FUNEFI—, instituição de caráter técnico, educativo, cultural, constituída por tempo indeterminado com personalidade jurídica de direito privado, destinada a manter cursos de 1.º, 2.º e 3.º graus, na forma estabelecida pelos sistemas Federal e Estadual de Ensino.

Os objetivos da Fundação, conforme expressa o Estatuto da entidade, são a promoção na educação em todos os níveis e graus, a educação de base e a educação permanente a elaboração de programas globais de educação e cultura, destinados a atender as necessidades do município; promover a formação, a especialização e o aperfeiçoamento de recursos humanos para as diversas atividades de empreendimentos públicos e privados; e promover estudos e pesquisas nos domínios da ciência e da educação.

A Fundação Educacional de Foz do Iguaçu tem desenvolvido relevantes serviços na área educacional do Município, tendo sido declarada de utilidade pública Municipal, em 25 de setembro de 1978.

No último dia 07 p.p., o Excelentíssimo Senhor Presidente da República assinou decreto, autorizando o funcionamento dos Cursos Superiores de Administração e Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu, cuja manutenção será exercida através da FUNEFI.

Firmando nossa solicitação nestes aspectos, e nos demais, que achamos desnecessário considerar, contamos com a aprovação dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Está em 2a. discussão nesta Casa, um projeto de lei que visa criar o Município de Lunardelli.

Como a Casa está informada, na última semana, quando se verificou a primeira discussão de um projeto de lei igual a esse, que tratava da emancipação do Distrito de Tupanci, no Município de Assis Chateaubriand, nós entramos com um pedido, que foi aceito unanimemente pela Casa, inclusive, com a concordância do autor do projeto, Deputado Egon Pudell, no sentido de que, aquele projeto, retornasse à Comissão de Constituição e Justiça, para ser convertido em diligência, e obter novas informações, informações atualizadas, no sentido de que permitissem à Casa se posicionar adequadamente, para julgar do mérito e das condições de emancipação daquele distrito.

Hoje, Sr. Presidente, trago à Casa um outro requerimento no mesmo sentido do anterior, para avivar a coerência dos Srs. Deputados, no sentido de que dispensem o mesmo tratamento do projeto anterior, porquanto se discute hoje, e se votará pela segunda vez, o projeto de autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, que pretende criar o Município de Lunardelli, desmembrado do Município de São João do Ivaí.

E o faço, Sr. Presidente, tendo em vista o seguinte aspecto: o autor do projeto juntou muita documentação ao mesmo. Todavia, Sr. Presidente, certidões datadas de 1971, certidões

datadas de 1974/1976; são documentos que instruem o projeto, o que quer dizer, de "per si", que são documentos defasados pelo tempo, porque não se pode desconhecer a realidade sócio-econômica do nosso interior, com a evasão rural violenta e crescente, que tem assolado os nossos municípios, fazendo, muitas vezes, pequenos distritos, praticamente sumirem do mapa.

Então, Sr. Presidente, a nossa posição não é nem contrária e nem a favor a votação; é pedindo à Casa que dê oportunidade daquelas pessoas que pleiteiam a emancipação e também dê oportunidade daquelas pessoas que são contra a emancipação, para que tragam ao bojo dos autos, documentos atualizados, a fim de que a Casa, conscientemente, dentro de uma realidade sócio-econômica, espelhada através de documentos idôneos, de credições, de número de eleitores - porque nós bem sabemos de que da eleição de 1974, para a eleição de 1978, houve quase que no geral dos municípios, uma defasagem de eleitores, como houve em muitos municípios paranaenses um decréscimo no número da população.

Por isso, Sr. Presidente, a minha posição é apenas esta: que a Casa exija que os Srs. Deputados, para votarem conscientemente, exijam dados atualizados.

Não é possível nós votarmos um projeto de lei em que se certifique o número de habitantes desse distrito com um documento de 1971, quando a população do Paraná era muito inferior; que nós nos estribemos numa certidão dando a arrecadação do Município de 1976; do número de residências de 1974.

Portanto, esta é a nossa posição, e peço, Sr. Presidente, que o meu requerimento seja vinculado, seja jungido à discussão da matéria, para que ele tenha a prevalência. Se não aceito o meu requerimento, terá o projeto, então, que ser votado. Mas, aceito o meu projeto, retornará à CCJ, para que, transformado o feito em diligência, possa a Prefeitura Municipal, possa a Câmara de São João do Ivaí, diretamente interessada no assunto, trazer documentos hábeis que comprovem, na realidade, a tese que defendo, da não viabilidade da criação do distrito.

Mas, permita, Sr. Presidente, também, o anseio mais do que legítimo, a todo o distrito que queira se emancipar, vir à Casa e provar, com dados atualizados, que merece a emancipação.

Esta é a nossa tese a fim de que ninguém se sinta prejudicado. Porque, não pode a Casa, com dados inidôneos, com dados defasados pelo tempo, com simples atestados ou afirmações pessoais, quer de prefeitos, quer de vereadores, se estribar para tomar posição, quando o correto - e a própria legislação exige - são os documentos hábeis.

Há que se diferenciar entre uma certidão e uma simples declaração de uma autoridade. Há que se diferenciar uma certidão de um cartório eleitoral e um simples dito de um prefeito, de um vereador.

Por isso, Sr. Presidente, essa a nossa tese, para que o projeto retorne à CCJ e lá, amplamente, seja debatido, e possibilitado a todos que juntem aos autos documentos idôneos a fim de que a verdade possa ser totalmente dirimida.

É o seguinte o requerimento. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER remessa do Projeto de Lei n.º 58/79, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho "que cria o Município de Lunardelli", à Comissão de Constituição e Justiça, para reapreciação da matéria, transformando-a em diligência.

Que da decisão, comunique-se à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores, para pronunciamento.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Se bem que o Parlamentar subscritor do Projeto de Lei n.º 58/79 "que cria o Município de Lunardelli, desmembrado do Município de São João do Ivaí", para justificar sua iniciativa, tenha se embasado em documentos que comprovam as condições mínimas estabelecidas pela Lei Complementar n.º 1, que dispõe sobre as exigências para emancipação municipal, cumpra-nos o mister de nos posicionarmos em favor de um reestudo por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, em relação à matéria em tela.

É importante levar em conta que o citado documento, foi editado em regime e época de curiosa mudança sócio-político-administrativa.

Naturalmente, superou-se a si próprio, propiciando e obrigando, inclusive, à legislação e legisladores, à administração e administradores, a efetivação de nova e criteriosa análise, à luz da ciência econômica propriamente dita, objetivando-se ao final, um bloqueio à interferências casuísticas, motivadas por interesses não outros que meramente políticos e que, resultaram inadvertidamente em retrocesso da antes tão decantada quão almejada soberania política de expressivo número de comunidades brasileiras.

Ainda na semana passada, valendo-nos de argumentos semelhantes, propomos a reapreciação de projeto idêntico que objetiva a emancipação do Município de Tupãssi, jurisdicionado pelo Município de Assis Chateaubriand, levantando todavia, questões pertinentes à supostas irregularidades verificadas no tocante ao quadro descritivo e índices sócio-econômicos, os quais - incrivelmente - davam conta serem superiores aos da própria sede municipal.

Na súmula, pedimos, para melhor apreciação da matéria, a verificação de falhas e falta de precisão nos dados e documentos que instruem aquele projeto e, para alicerçarmos o presente requerimento, evocamos conceito já emitido: será, nada mais e nada menos, que um filho jogado pelo mundo, sem quaisquer meios de sobrevivência. Será, na verdade, um município a mais a se juntar à centenas de outros que se encontram em verdadeiro estado de penúria, abandonados à própria sorte, porque foram criados, repetimos, sob o signo de interesses políticos, acalentados por embalos eleitorais.

Ainda, em relação ao projeto que se pretende seja reapreciado, deve-se observar que a maioria dos documentos que o instruem, estão defasados pelo tempo.

Assim é que as folhas 16 e 17, foram certificadas residências no Distrito, datando porém, de 20 de junho de 1974; na folha 18 consta a certidão do número de eleitores, não do último pleito, mas de abril de 1976; a certidão - folha 20 - que estabelece o número de eleitores do Município de São João do Ivaí, data de junho de 1974; a certidão de participação na arrecadação do ICM - folha 26 - é datada de 22 de junho de 1976; as folhas 27 e 28, certidões datadas em maio de 1974, informam o potencial agropecuário e, finalmente, a certidão da Agências de Rendas - folha 32 - foi expedida ainda em 1971, assim como são do mesmo ano de 1971, os documentos que comprovam a população e número de habitações.

Ora, deixar que tais documentos informem e instruem o processo, no mínimo é este Poder, reconhecer a incompetência e a incapacidade de conseguir dados atualizados e condizentes com a realidade sócio-econômica daquele Distrito.

Se esta atualização, a Casa impossibilita-se de dizer, aprioristicamente, se deve ou não ser criado o novo município.

Ora, transformado em diligência o projeto, os interessados que apresentam comprovação idônea dos prós e contras, embasando assim, uma decisão consciente e resultado de uma realidade.

Visa pois o requerimento, permitir o reestudo e juntada ao projeto dos elementos indispensáveis a formar a opinião dos legisladores.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).



O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Leônidas Chaves. (Pausa).

Havendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilton Friedrich, inscrito.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos, no domingo último, a comemoração do 34.º aniversário da União Paranaense dos Estudantes Secundários, UPES, data marcante para a vida estudantil de todo o Estado, inclusive para a vida comunitária da gente paranaense.

Nesse sentido, encaminhamos um voto de congratulações, em nome desta Casa, a essa histórica entidade estudantil secundarista que, durante todo esse período, marcou uma existência de fatos concretos de lutas. E, destemidamente, esteve sempre presente nos movimentos cívicos de expressão nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a queda do Estado Novo, por via de consequência o regime de exceção, os estudantes secundários do Paraná se organizaram, em 17 de junho de 1945, fundando a União Paranaense dos Estudantes Secundários, cujas finalidades principais eram:

Defesa dos interesses e luta pela conquista das reivindicações dos estudantes secundários de todo o Estado do Paraná;

lutar pelo barateamento do ensino e material didático, tornando-os acessíveis a todas as camadas populares;

proceder minuciosamente o exame das condições em que vivem, estudam e trabalham, estudantes secundários, procurando melhorá-las;

defesa da democracia;

combate ao analfabetismo e conseqüente luta pela gratuidade do ensino secundário, considerando a necessidade que tem a Nação de cidadãos com conhecimento superior além do simples saber ler.

Trinta e quatro anos de luta comprovam a importância da existência da entidade que, inúmeras vezes, sofreu com a repressão dos eventuais dirigentes do País, mas, mesmo posta na ilegalidade, continuou e continua a lutar em defesa dos estudantes de primeiro e segundo graus, hoje.

Com o fim da legislação excepcional, mais precisamente do Decreto 228, a UPES voltará à legalidade, apesar de que, legitimamente, a sua existência jamais pode e poderá ser contestada. Porque, mesmo com os decretos excepcionais de arbitrariedades e violências que se instalaram neste País, atingindo todas as camadas, em especial querendo amordçar a mocidade brasileira, jamais o estudante se calou. E a prova incontestável dessa resistência está aí na própria UPES.

É importante ressaltar que a UPES, como a maioria das entidades estudantis, sempre foi o nascedouro de lideranças políticas.

Muitos foram os ex-Presidentes da UPES que se destacaram no cenário político paranaense. Poderíamos citar: Túlio Vargas, Norton Macedo, Adolfo de Oliveira Franco, Cândido Manoel Martins, Enéas Faria e tantos outros.

É claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitos destes jovens, muitos destes ex-Presidentes, hoje na vida política, às vezes têm negado a sua orifem e negado, inclusive, a sua participação da nossa mocidade. Mas mesmo assim, devemos continuar confiando nessa juventude e, mesmo nas épocas de obscurantismo de cuja escuridão estamos começando a sair, muitos foram os Presidentes corajosos que jamais olvidaram a luta em defesa dos interesses dos estudantes e, conseqüentemente, da sociedade brasileira. Na prática, Sr. Presidente, a própria existência independente da UPES justificaria o apoio desta Casa, que tem, até, a obrigação de dar e nunca negar o apoio à classe estudantil, seja secundarista, hoje de primeiro e segundo grau, seja universitária. Foram trinta e quatro anos que o presente conta, porque, a situação em que vivemos atualmente,

é a soma do passado e as perspectivas desse futuro, são trinta e quatro anos da história, que o tempo jamais apagará, verdadeiras lutas travadas pela UPES no decorrer dos anos, e, sobrevivendo ainda hoje, no bojo da liberdade e da justiça, princípios estes que, fundamentam a existência da entidade.

E este voto de solidariedade, Sr. Presidente, que nós pedimos a esta Casa, tem um significado bem maior do que propriamente a sua extensão nesta Casa de Leis, é exatamente para exaltar a necessidade de um movimento estudantil independente, livre, em busca da justiça, da liberdade e que, finalmente, nós tenhamos, neste País, a democracia social, a democracia de um estado de direito efetivo e, acima de tudo, a liberdade que todos almejamos.

A UPES, como a União Paranaense dos Estudantes, como a UNE, representam, efetivamente, marcos de liberdade e vigilantes da democracia e da justiça, neste País!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, comparecemos à tribuna desta Casa, para analisarmos documento da Associação Paranaense de Suinocultores, Núcleo da Região Oeste Paranaense, que envia documentos às altas autoridades do nosso País e do nosso Estado, dizendo dos problemas que a suinocultura do nosso Estado e especialmente da região Oeste paranaense vem atravessando, em seus piores dias da história do suinocultor. (Lê):

"Pelo presente, em nome da coletividade, objetivamos levar ao conhecimento dos Srs. Deputados e demais autoridades e órgãos competentes, a difícil situação em que se encontra a suinocultura, importante fonte de renda desta rica região.

Sabemos que, o desenvolvimento agrícola do oeste está intimamente relacionado com a extração até mesmo desordenada, da madeira, aliada à atividade da suinocultura. Hoje, deparamos com uma tricultura - soja, trigo, milho, este último em menor escala mas, tanto quanto outros, sujeito e facilmente passível de influências climáticas, que ocasionam a tão lamentável frustração de safras, ultimamente sucessivas em nossa região; outrossim, uma exploração racional e técnica, da suinocultura. Sabemos que a meta do Governo é fixar o homem, ao campo, através de desenvolvimento racional, da agropecuária. Somos uma região minifundiária em que o agricultor, baseando-se em soja, trigo e milho, mesmo sem frustrações climáticas, mais dia, menos dia, irá engrossar as favelas das periferias dos grandes centros, pois, atualmente, encontramos uma suinocultura altamente desestimulada e com tendência, se não tomadas as medidas imediatas, a extinguir-se por completo.

Acreditamos que um dos meios do Governo de fixar o homem no campo, seria, criar maior viabilidade para a suinocultura, pois atualmente, com a falta de condições, a exploração desta atividade é totalmente antieconômica; todavia, a segurança da mesma será possível, com a garantia de preço mínimo. A comercialização está perfeitamente viável e aceita pelo consumidor através de campanhas governamentais, divulgando e incentivando a mesma preferência pelo produto nacional.

Segundo o nosso entender, e conforme dados anexos, é necessário um preço mínimo oscilante em Cr\$ 26,00 a Cr\$... ..27,00 o quilo de suíno vivo. Junto a atual realidade, constatamos e frisamos aos meus caros Deputados, que inclusive as conseqüências da peste suína africana ainda persistem, trazendo diversos pontos negativos e mesmo servindo de argumento às indústrias que alegam o produto nacional não ter colocação no mercado externo e conseqüente excesso de estoque, o que é inaceitável, pois a realidade é bem outra. Sabemos que nas grandes metrópoles, constata-se a falta dos derivados de suínos. Assim sendo, continuamos a assistir, ano após ano, os produ-

tores abandonarem esta atividade, conseqüentemente, diminuindo o rebanho nacional. É certo que se não forem tomadas as devidas providências a curto prazo, teremos aberto uma lacuna de divisas para importação dos produtos que atualmente diz-se haver estoque em excesso.

Solicitamos ainda a atenção especial dos canais competentes do Governo, inclusive da SUNAB, para verificarem os preços dos suínos vivos e dos produtos industrializados, pois a situação é alarmante, já que os produtores estão vendendo seus rebanhos com prejuízo e o consumidor pagando um preço exorbitante pelos derivados de suínos, o que não é concebível, à elevada margem de lucros dos intermediários e das indústrias".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o tempo termina para que nós continuássemos com esta explanação que os produtores de suínos da região Oeste paranaense nos elegeram como seu representante, mas na próxima semana estaremos aqui, desta tribuna, no Grande Expediente, fazendo um relato completode toda a situação da suinocultura do Paraná, e conseqüentemente, mais especialmente, da minha região, região Oeste paranaense.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Segundo pesquisas feitas pelo IPARDES, o índice oficial confessado da inflação em Curitiba, teria já atingido nesses primeiros meses do ano em curso, a cifra de 20,6%, até o mês de maio, índice que, só no mês de maio alcançou 3,97%.

Se esse índice for mantido, apenas para efeito de progressão da alta cumulada para os próximos meses, teremos o total de 30,35% até o final do mês de julho.

Isso significa que os servidores públicos do Estado, a partir daquela data, terão seus vencimentos desvalorizados em, aproximadamente, 1/3 do reajuste concedido pelo Governo anterior.

O controle da inflação, com fórmulas milagrosas, anunciadas por três conhecidos Ministros que participam do Governo Federal, já foi reconhecido como ineficaz, está desacreditada pela própria opinião pública; e o acordo de cavalheiros firmado com os supermercados não alcançou os efeitos apregoados e ainda que pudessem minimizar os maléficos efeitos da inflação, esses já sucumbiram.

O preço do petróleo continua a subir e com ele todos os produtos controlados pelas multinacionais. E o que é pior, Sr. Presidente, apesar do Governo brasileiro manter um contrato de fornecimento a um preço espitulado, o OPEP só mantém honrado o compromisso de fornecimento de petróleo; mas, não de garantia do preço ajustado.

O leite que até há pouco tempo era jogado aos porcos e anunciado pelo Governo, já tem novo aumento de dezoito por cento, bem como, a redução do teor de gordura que baixa, agora, para dois por cento, num flagrante desrespeito aos seres humanos que habitam este planeta tão discutido.

As autoridades já admitem a correção salarial de conformidade com a variação da ORTN, mediante reajustes a serem procedidos duas ou mais vezes, por ano. Admitida a alta incontida da inflação e a falta total dos meios para contê-la, dentro dos índices anteriormente previstos, nada mais resta ao Governo senão fazer justiça aos já sacrificados servidores do Estado, dando-lhes condições mínimas de sobrevivência, principalmente, os chamados miúdos através de reajustes de vencimentos a vigorar a partir de 1.º de julho do corrente ano.

Em janeiro, este reajuste poderá ser complementado de conformidade com a alta do custo de vida e com as disponibilidades orçamentárias do Estado, cujos dados já serão reconhe-

cidos desde meados do segundo semestre, quando será elaborada a Lei de Meios para 1980".

A medida, Sr. Presidente, parece-nos de inteira justiça e merecedora de acatamento pelas autoridades a quem está dirigido o requerimento já lido pela Mesa.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Já, da tribuna, manifestou-se o eminente Deputado Nilso Sguarezi, com referência ao Projeto de Lei n.º 58/79, que criou o Município de Lunardelli; e, aqui, Sr. Presidente, entendi que devesse, também, vir à tribuna.

Quero crer que todos os Srs. Deputados receberam no dia de hoje, num ofício circular, através do qual o Prefeito Municipal e Vereadores do Município de São João do Ivaí fazem um apelo aos componentes desta Casa Legislativa. E, efetivamente, com todo respeito que tenho a colegas que apresentam proposições nesta Casa, também tenho meu entendimento a respeito desta matéria e me parece, altamente, oportuna a solicitação formulada pelo Deputado Nilso Sguarezi no sentido de que o referido projeto de lei retorne à Comissão de Constituição e Justiça.

Porque efetivamente, se formos examinar atentamente o projeto de lei, vamos verificar que algumas dúvidas ainda sejam dissipadas.

Enquanto sinto que é um reclamo do Sr. Prefeito e dos Srs. Vereadores do Município de São João do Ivaí, os quais não tenho o prazer de conhecer, mas como representantes de uma comunidade devem lutar neste sentido, eu me lembrava, inclusive, das anotações deste brilhante jurista, companheiro nosso desta Casa, Reginaldo Fanquim, em que ele sempre fez alusão de que o Supremo Tribunal Federal tem decidido em casos concretos que a audiência prévia do Prefeito e da Câmara do Município que sofre desmembramento, é também exigência fundamental, importando o descumprimento da cautela na inconstitucionalidade da lei estadual.

É um aspecto importante que devemos observar para que possamos evitar que tudo aquilo que queremos fazer no sentido do atendimento de uma proposição, possamos chegar a outro caminho que não aquele desejado pelo ilustre Deputado Gilberto Carvalho.

É um grande companheiro, inclusive desta mesma proposição, observava alguns tópicos, inclusive no encaminhamento a necessidade que me parece indispensável, de que primeiro se tenha o encaminhamento do processo ao Presidente da República para fins da autorização, e para que a seguir, concedida tal anuência, possa então a assembléia autorizar a realização do plebiscito, que é o caminho que pode nos conduzir depois à criação de um município.

Nessas condições, a minha aparição na tribuna tem dois propósitos: primeiro, para dizer que efetivamente eu entendo que é um assunto que deva merecer melhor atenção, que deva merecer um reexame por parte da CCJ, que se enfoque esses dois aspectos que me parecem importantes, a audiência do Prefeito e da Câmara, e além disso a realização de um plebiscito que entendo fundamental.

E outro aspecto que me traz, apenas lamentando que os nobres representantes do Município de São João do Ivaí, que trazem esse expediente aos Srs. Deputados, tenham feito uma alusão a aspectos politiqueros: que, honestamente também confesso, não gostei. Não gostei porque conheço bem o Deputado Gilberto Carvalho, sei da sua luta de tantos e tantos anos em favor do povo, em favor dos municípios que ele representa. E como um direito inalienável do Parlamentar, de tomar posições, de procurar trazer benefícios a regiões que ele representa, apenas quero deixar claro àqueles representantes, que iremos atendendo às ponderações, tomar as medidas que entendamos



necessárias para que tudo possa ser posto nos seus devidos lugares, ao amparo da luz, sob a luz, mas ao mesmo tempo com a refutação que fazemos da tribuna, apenas não aceitamos a crítica que entendemos inserida contra um Deputado, que quero crer tem sido um dos homens de maior e de indiscutível valor nesta Casa Legislativa.

Era o registro, Sr. Presidente. — 9 (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de hoje estão estampando noticiário sobre uma possível insatisfação dos professores suplementaristas do Estado do Paraná. E me permito, neste instante, também em respeito ao Deputado Edilson Alencar, que é mencionado nesta notícia; em respeito ao interesse do Deputado Augusto Carneiro, que com este Parlamentar subscreveu uma sugestão encaminhada ao Governador do Estado; em respeito aos 8.600 suplementaristas paranaenses, me permito, neste instante, prestar alguns esclarecimentos, e mais do que os esclarecimentos, trazer à Casa a notícia de que nos próximos dias, provavelmente já na próxima semana, teremos o início do trâmite normal, da Mensagem Governamental, criando as condições legais, para que seja oferecida a estabilidade aos professores suplementaristas.

Devo novamente esclarecer que não há, de forma alguma, qualquer espécie de conflito entre a sugestão apresentada pelo Deputado Augusto Carneiro e por este Parlamentar e o concurso pretendido pelas entidades de classe.

E para caracterizar melhor esta minha informação, também comunico à Casa, que dentro de dez dias, já será publicado o edital do concurso público para ingresso na carreira do Magistério sob o ordenamento do Estatuto próprio.

Assim, caem por terra, todas as dúvidas que ainda possam existir em torno deste assunto; caem por terra, as dúvidas das suscitadas por várias fontes, caem por terra, as dúvidas que afinal, estão, neste momento, a colocar em dúvida também a própria seriedade com que o Governo do Estado está tomando providências a respeito da questão dos suplementaristas.

Devo esclarecer também, e o faço mais em resposta à dúvida levantada pelo Deputado Edilson Alencar, que o tempo de serviço dos professores suplementaristas será computado para todos os efeitos legais, e não será um tempo simplesmente a ser contado, a partir do ato de estabilidade.

Já dissemos aqui, quando apresentamos sugestão mencionada ao Governador Ney Braga, que a intenção nossa dos Parlamentares que asubscreveram, era a de garantir não só a estabilidade aos professores suplementaristas, mas também, de assegurar, os direitos, aos professores que se submeteram ao concurso público e que não forem aprovados. Permanecerão, desta forma, dentro de um quadro especial, criado sob o amparo do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná.

Desmanchase aqui, também, com esta afirmação, a dúvida de que poderíamos ter três regimes jurídicos a nortear o relacionamento dos professores suplementaristas, com a administração pública estadual. O regime estatutário, o regime CLT e o regime próprio do Estatuto do Magistério. O que nós temos, na verdade, é pura e simplesmente, uma dicotomia de regimes para os professores paranaenses.

O regime do Estatuto do Magistério, próprio da classe do Magistério; e o regime do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, para aqueles que, por um golpe de infelicidade, não lograrem a sua aprovação no concurso público.

Entendo portanto, relevante, trazer esta informação à Casa, para tranqüilizar também os professores suplementaristas, ao mesmo tempo em que reafirmo aqui, Sr. Presidente,

Srs. Deputados, o apoio incondicional que esta nossa sugestão vem recebendo da Associação dos Professores do Paraná, e da Associação dos Professores licenciados do Estado do Paraná, e o faço, para, com justiça, enaltecer a compreensão das lideranças do Magistério paranaense, que hoje, estão capacitadas e em condição de acreditar naquilo que o Governo está fazendo.

Deixarei para amanhã, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a leitura de um pronunciamento feito em homenagem ao Governador Ney Braga, por ocasião dos 210 anos do Município da Lapa, quando o Magistério daquele município homenageou Sua Excelência, o Governador do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Estávamos ontem inscritos para ocupar o Grande Expediente, no entanto, motivo alheio impediu a realização da sessão de ontem. Razão pela qual, pedimos permissão a esta Casa, para proferirmos o pronunciamento para o qual estava inscrito, sendo que logo no final, procurarei responder às explicações emitidas há pouco, pelo Deputado Airtton Cordeiro. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Toda a pessoa tem direito ao trabalho como meio de garantir a subsistência própria e dos seus. Em decorrência deste direito, todo o trabalho deve ser remunerado e todo o trabalhador deve ter assegurada a estabilidade no emprego.

Há uma classe, entretanto, em nosso Estado, que foi, que ainda está sendo, marginalizada e que está penando por culpa do Governo. Trata-se da classe dos professores suplementaristas. Estamos todos lembrados do que aconteceu com o Magistério paranaense no ano passado que, em desespero de causa, teve que recorrer à greve.

Depois disto, houve um famigerado e humilhante concurso no Ginásio Tarumã, em que os apadrinhamentos não superaram o divisionismo das famílias, pois a professora aprovada teve que se sujeitar a ir lecionar em localidades bem distantes de sua residência, com dispêndio no transporte diário, de ida e volta, de grande parcela de seus vencimentos.

O suplementarista do Paraná ficou em situação ainda pior. É o marginal do ensino, porque dele retiraram todos os direitos e tiraram-lhe todas as garantias.

Houve a limitação de horas de aula na semana, e como ganha pelo número de aulas que dá, é bem de ver, que este ganhou mal disfarça a penúria em que vive. Apesar de não ter estabilidade e de ganhar pouco, o pagamento sofre consideráveis atrasos. Só agora o Governo está pagando os meses de março, abril e de maio, e está pagando devido às regentes de classe, até então congelados.

O professor, pela própria natureza de seu ofício, tem de apresentar-se decentemente trajado, tem que se manter atualizado, através da compra de livros e revistas especializadas, e tem de sustentar a família; quando o pagamento atrasa, o professor não pode atrasar o pagamento do aluguel, do armazém, do padeiro, do leiteiro e do açougueiro. O ônibus, não fia as passagens, por isso ele é compelido a recorrer a papagaios em bancos, a juros que bem sabemos. Num corte violento aos seus ganhos já parcos, a fim de não sofrer o enxovalhamento da fila de credores à porta de casa, surdos à desculpa de que foi o Governo quem deixou de cumprir a sua obrigação de pagar em dia. Se, não recorrer ao "papagaio" em banco, perde o crédito, o fornecimento é suspenso e o senhorio o despeja da casa em que mora.

Aconteceu, no pagamento dos três meses para os suplementaristas, mais um saque nos seus minguados vencimentos.

Suponhamos que o professor ganhe dez mil cruzeiros mensais. O imposto de renda que incide sobre esta importância obedece a uma determinada tabela em vigor. Mas, ao receber o professor de uma vez só os três meses de atraso, não assina folha por folha de cada mês atrasado, e sim, uma folha do que ele está recebendo globalmente. O imposto de renda incide em taxação muito maior sobre a importância global, e não sobre os dez mil cruzeiros de cada mês, o que é ilógico, injusto e desumano.

Por que a Secretaria da Educação, ou a Secretaria de Recursos Humanos ou a repartição que o valha, não organiza as folhas de mês a mês a fim de evitar, ao sacrificado professor, mais essa sangria de imposto de renda maior, em favor do Tesouro Nacional?

Como está o vilipêndio acompanha a escorcha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho aqui em mãos um contra-recibo de uma professora suplementarista deste Estado que percebe mensalmente, sete mil, cento e noventa cruzeiros. Isenta está ela portanto, do imposto de renda.

Mas, acontece que no mês de maio ela recebeu o seu pagamento acumulado, recebera dois meses em um só pagamento, perfazendo Cr\$ 12.326,49; foi descontada na fonte, Cr\$ 1.100,00.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados acho no meu ponto de vista, um saque, uma injustiça, praticada mais uma vez contra o professor deste grande Estado do Paraná. Está claro no exemplo aqui citado."

Mas continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Diante da movimentação da classe dos suplementaristas o Governo se mostrou preocupado, e enviou emissários a uma das assembleias da Associação dos Professores. Ouviram o rosário de queixas justas, como ouviram sugestões plausíveis para a solução do problema. Pediram então que as sugestões fossem passadas a um papel, em forma de memorial, com o prazo limitado de quatro dias para entrega à Secretaria de Recursos Humanos. As sugestões seriam acatadas e introduzidas num plano em elaboração para atendimento da sofrida classe.

O memorial ficou pronto antes do prazo. Uma delegação de professores o entregou na Secretaria de Recursos Humanos.

Contra toda a expectativa, porém, essa delegação retornou decepcionada e desgostosa, porque no contato com os funcionários daquele órgão, chegaram à conclusão de que as sugestões não serão levadas em conta, por já estar pronto o plano a ser executado.

Consoante esse plano, será criado um quadro suplementar para os suplementaristas, com garantia de estabilidade no serviço. Não se sabe, contudo, se a contagem do tempo será de todo o tempo em que o professor vem servindo à causa do ensino, ou se começará a ser contado do momento em que entre em vigor a lei que cria esse quadro.

O assunto ficou nebuloso para os delegados dos suplementaristas. Outro fato que está preocupando a classe: anunciou-se na Secretaria dos Recursos Humanos, a realização próxima de um concurso. Os que passarem serão incluídos no quadro de professores efetivos, com todas as garantias da lei, mas os que não passarem, como ficariam, apesar de terem toda uma existência dedicada ao ensino? Continuam no quadro de suplementaristas ou perderão o emprego?

Por esse motivo, está sendo aguardado com geral expectativa o regulamento do concurso. Os suplementaristas querem analisar a fundo para encontrarem e denunciarem as armadilhas que nele, porventura, existirem.

Reina, no seio da classe, geral desconfiança quanto aos propósitos do Governo. O pagamento, agora, dos atrasados, dos suplementaristas e aos regentes de classe, não terão sido um processo de anestesiamento? Pois, eufóricos com o recebimento dos atrasados, os professores poderiam deixar de analisar o regu-

lamento do concurso, e virem a ser enredados nas armadilhas preparadas.

**O Sr. Airton Cordeiro** — Peço um aparte a Vossa Excelência. **(Assentimento)** — Agradeço, Deputado Edilson Alencar, e quero, se me permitir Vossa Excelência ocupar alguns instantes desse seu pronunciamento, para prestar a Vossa Excelência alguns esclarecimentos e inserir esse pronunciamento ou esses esclarecimentos, no pronunciamento que faz Vossa Excelência.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer a Vossa Excelência que esta atitude calcada num ceticismo muito grande, data vênua, não tem fundamento. Não tem fundamento porque, em tão pouco tempo, o Governador Ney Braga fez pelos professores paranaenses o que, na verdade, não vinha sendo feito há muitos anos, e é preciso que se faça esta afirmação, para se fazer justiça ao empenho do Governador do Estado e dos seus Secretários, de Recursos Humanos e da Educação.

Aborda Vossa Excelência o atraso no pagamento dos professores suplementaristas.

Vossa Excelência deve saber, deve estar informado que depois do concurso de promoção, os suplementaristas ficaram sem o direito à percepção de nenhum centavo, porque ficaram sem aulas. E o Governador do Estado determinou que fosse estabelecida uma média de remuneração dos últimos três anos, e o pagamento fosse feito dentro do seu Governo, por esta média estabelecida, e este pagamento está sendo feito de acordo com esse critério.

Devo informar a Vossa Excelência que compareci a uma assembleia da Associação dos Professores do Paraná, e também à APLP, e lá permaneci das nove horas da manhã às três horas da tarde, ouvindo os professores, e ouviu deles o reconhecimento de que, em grande parte, esse pagamento foi retardado pela negligência de alguns diretores de estabelecimentos que não encaminharam à SEC, no tempo hábil, as informações solicitadas.

Menciona também Vossa Excelência o saque do imposto de renda, e digo a Vossa Excelência que concordo quanto à injustiça, mas não posso deixar de concordar com a legalidade; fuge, inclusive a qualquer legislação e a qualquer atuação a nível estadual.

Porque, sabe Vossa Excelência, a legislação que rege o IR é de âmbito federal. E o desconto da parte tributável é feito pela percepção de ganhos durante os trinta dias do mês.

Então, não há como deixar de fazer o desconto, salvo se, deliberadamente se pretender cometer uma ilegalidade.

Vossa Excelência levanta dúvida quanto ao tempo de serviço do professor suplementarista. E esclareci, anteriormente, e volto a fazê-lo agora: esse tempo será contado para todos os efeitos legais.

Tem dúvida, Vossa Excelência quanto à permanência, ou não, do professor suplementarista submetido ao concurso público e não aprovado. Posso trazer a Vossa Excelência a informação, em caráter oficial, de que esse professor suplementarista será mantido no quadro especial.

Faça-se justiça, aqui, mais uma vez, ao Governador do Estado, porque o Conselho de Representantes estava pretendendo a estabilidade para os professores suplementaristas com dez anos de serviço. E pelos estudos que estão sendo elaborados pela administração estadual, essa estabilidade será assegurada, será garantida, para todo o suplementarista que tiver, pelo menos, dois anos de serviço.

Feito o concurso, e infeliz no seu resultado, continua o suplementarista vinculado ao Governo do Estado, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná.

Então, Deputado Edilson Alencar, espero ter esclarecido todas as dúvidas de Vossa Excelência. E quero dizer que essas informações que trago a este plenário, neste momento,

poderão ser conferidas, confrontadas, com a mensagem que já está sendo elaborada pelo Governo do Estado e que vai ser - como disse anteriormente, encaminhada dentro de alguns dias, a esta Casa.

Quanto ao concurso pleiteado, reivindicado, há muito tempo, ele também será realizado. E o edital será publicado nos próximos dias.

Concluindo, nobre Deputado, afirmo a Vossa Excelência que esse ceticismo que alimentou o passado, hoje pode estar presente. Principalmente, quando se sabe que o Governador Ney Braga já deu, em pouco tempo, uma concreta manifestação de suas boas intenções, de sua sensibilidade, de sua atenção, para com o Magistério.

E isso, reconhecem os próprios professores que estão convencidos de que tratam desse assunto com um Governador que está também pensando seriamente na educação do Paraná.

Perdoe-me Vossa Excelência ter me alongado tanto neste aparte.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado Edilson Alencar, é fato notório que os professores suplementaristas foram transformados, nós últimos quinze anos da vida administrativa política do Estado do Paraná e de alguns outros estados da República Federativa, nos autênticos e verdadeiros "bóias-frias" da educação.

O regime implantado neste País, teve como fator preponderante despertar a criação de "bóias-frias" em todos os setores da vida política, social, da Pátria brasileira.

E por quantas vezes o MDB esteve presente, desta tribuna, gritando em defesa dos professores suplementaristas.

Se o Estado atrasa no cumprimento do seu dever de pagamento do salário do professor suplementarista, ou até mesmo do professor efetivo como também ocorre, que o Estado pague ao docente os dez por cento que a autarquia estatal, a COPEL, cobra quando o contribuinte do Estado atrasa cinco, seis dias, para proceder o recolhimento da taxa de água na SANEPAR, ou da luz para a COPEL.

Aos docentes, ao funcionalismo público de modo geral, o Governo do Estado, nem este nem o passado e nem os últimos governos, principalmente dos quinze anos da ditadura implantada neste País, não têm se preocupado, em absoluto, com os problemas dos trabalhadores quer sejam trabalhadores do campo ou da cidade, ou dos docentes, os bravos e valorosos professores que estão a educar os nossos filhos, os filhos paranaenses nas escolas, muitas vezes sem poderem mandar o seu próprio filho à escola, e, diz que está aí, um Governador sensível! Nós esperamos que a sensibilidade o atinja, agora, no Governo do Estado do Paraná, porque, como Ministro da Educação, foi impotente para resolver os problemas da educação em nosso Estado, (Palmas da assistência) injustificando aos estudantes, e aos professores!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar os tímpanos)

A Mesa informa aos senhores que estão nas galerias, que é vedada qualquer manifestação, de acordo com o Regimento Interno, da galeria; caso contrário, a Mesa tomará as medidas regimentais.

Retorna à palavra, o Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, agradeço os apartes com os quais fui honrado, e, gostaria de responder ao Deputado Airton Cordeiro, quando ele se refere e diz da legalidade da cobrança, ou do desconto na folha, do professor suplementarista, do professor isento, do professor que não está sujeito a declarar a sua renda, porque ele, pela

importância recebida, ele já está isento. Como poderá ser legal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, descontar de uma humilde professora do interior deste Estado, Cr\$ 1.100,00, na sua folha de pagamento, quando ela está isenta da responsabilidade de declarar sua renda?

Mas, a argumentação, nobre Deputado, é a de sempre; foi a do ano passado, de todos os anos. Estou nesta tribuna, desta Casa, ouvindo sempre a mesma cantilena!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em face à insistência do Sr. Deputado Gabriel Manoel em interromper o orador, para solicitar aparte)

A Mesa lembra o Sr. Deputado Gabriel Manoel, que está com a palavra, da tribuna, o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O Sr. Gabriel Manoel — Apenas para reparar, estou apenas solicitando um aparte. Vossa Excelência...

O SR. EDILSON ALENCAR — Concederei, logo, aparte ao nobre Deputado.

Não são apenas estas, as irregularidades existentes. Muitas outras. E quem sabe, talvez, o Deputado Airton Cordeiro possa me explicar ou explicar ao Paraná e aos professores suplementaristas deste Estado, como? Porque nós vemos no contrarecibo, contra-pagamento, nos códigos por exemplo 146 - IPE Jôia, desconto mensal de uma taxa, para o IPE-Jôia; eu e alguns dos professores não conhecemos, não sabemos o que venha a ser IPE-Jôia; outro, desconta Seguro de Vida, mensal — não especifica a Companhia Seguradora, não diz qual o teto no caso de morte, quanto no caso de acidente, morte natural, morte acidental; desconta o Seguro de Vida-Jôia; eu não sei o que venha a ser isto. E muitos professores pagam, sem saber. Isto também, acho, é uma das grandes irregularidades. E, a folha de pagamento dos professores suplementaristas do Paraná está sendo diminuída, corroída por este ato desonesto e, acredito, desumano!

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Edilson Alencar, obrigado por me conceder o aparte.

Apenas para me situar à posição de Vossa Excelência, ao fazer referência aos descontos do imposto de renda, em folha.

Vossa Excelência, como formado em Ciências Jurídicas, sabe, perfeitamente, que isso não concerne ao Governo Estadual.

Vossa Excelência sabe muito bem que problema de imposto de renda concerne exclusivamente a uma legislação federal que abrange Vossa Excelência, nos abrange, abrange ao Governador Ney Braga, e abrange também ao Presidente da República.

É um mecanismo em que numa escala de vencimentos, o imposto é ou não cobrado e sabe bem Vossa Excelência, que ao declarar, o contribuinte, a professora, o humilde, o trabalhador, ao fazer a sua declaração de renda, ele pode em sua declaração fazer os respectivos descontos e fazer a sua reclamação, porque este imposto de renda descontado na fonte da professora que Vossa Excelência brilhantemente defende...

O SR. EDILSON ALENCAR — Mas descontado como, Deputado, se ela é isenta do pagamento? Ela não está sujeita à declaração de sua renda.

O Sr. Gabriel Manoel — Se ela for isenta, ela tem direito a recurso, porque ela poderá fazer a sua defesa. No momento, mesmo isento, o contribuinte tem que fazer a sua declaração.

Vossa Excelência sabe bem disso.

Então, nesse momento, no momento oportuno, aquele contribuinte pode fazer a sua declaração e pode ter o seu dinheiro restituído, como é o caso de milhares e milhares de contribuintes brasileiros, que tem o seu dinheiro restituído, que estão sendo feitos agora no mês de julho e agosto, a restituição do dinheiro e é neste prisma que queria discordar de

Vossa Excelência, de não acusar por favor, o Governo do Estado.

Não quero me tornar um defensor, um apologista desse Governo que está voltado exclusivamente ao homem, desse Governo que está lutando para acertar as coisas.

Então Vossa Excelência critica um Governo honesto, Vossa Excelência quando critica e coopera com um Governo que quer acertar. Apenas este o aparte para que Vossa Excelência veja que não cabe ao Governo Estadual e aos seus assessores, aos seus Secretários imediatos, culpa de ter sido descontado o imposto de renda na fonte, que há de ser devolvido para esta funcionária, para esta mestra que tem direito à devolução.

E sabe muito bem Vossa Excelência que isto é um fato notório e que o dinheiro há de voltar embora ela esteja isenta do imposto de renda, ela é obrigada a fazer a sua declaração.

Então é só isso que queria dizer a Vossa Excelência. E o problema do IPE e problema de seguro, os funcionários pagam porque são beneficiados e as Companhias seguradoras só fazem desconto autorizado, na folha, quando tem autorização expressa do funcionário.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas não posso concordar com as alegações de Vossa Excelência.

Vemos aqui, neste canhoto de pagamento, que o Código 171 desse funcionário é descontado duas vezes, é um seguro de vida mensal.

Esse é o problema: nós não sabemos qual é a companhia seguradora, quais os direitos, quais as vantagens que possui o funcionário, quais os direitos, quais as garantias?

Amanhã ele falece e a viúva nem sabe qual é a companhia.

Esse é o nosso problema e a nossa dúvida.

Além desse, outros tantos como IPE-Jóia, etc.. Isto parece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não passa de um grande chuncho aplicado contra o professor deste Estado, contra o funcionário do Paraná, mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir, queremos advertir...

O Sr. Antônio Facci — Um aparte, nobre Deputado?

(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lembra o nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu depoimento.

O Sr. Antônio Facci — Dez segundos só. Agradeço, Deputado Edilson Alencar, e vejo sim, uma grande preocupação do nosso Governador, com sinceridade. Ele está realmente muito preocupado com a audiência que terá amanhã o 5.º Delegado do golpe de 1964 em Brasília, levando a sua sugestão de extinguir MDB e ARENA.

E muito nobre a causa do Governador, afinando-se com as idéias palacianas e acabar com o MDB. Mas, e, os professores suplementaristas que têm um mês de noventa dias?

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Para concluir.

O ensino, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, não pode ser objeto de politiquice rasteira; é assunto elevado demais que implica na defesa da cultura nacional e concomitantemente nos postulados de brasilidade, não pode ser degradado, tanto quanto os professores não podem ser substituídos. Temos de sustentar a marcha para o abismo, se queremos ou se quisermos: que as novas gerações continuem fiéis à Pátria que as viu nascer.

Era isto, Sr. Presidente, — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O tema, hoje, é anistia. Ampla, geral e irrestrita. Falo, por delegação da Liderança do MDB, procurando representar o pensamento de meu partido e dos democratas sinceros que, em todas as oportunidades, têm se manifestado a favor da grande conciliação nacional.

O pressuposto inicial da conciliação nacional deve ter dois grandes enfoques:

1.- A disposição de grandeza de alma do detentor do poder, em conciliar a Nação com o Poder.

2.- A manifesta intenção da Nação em traçar rumos definidos que exijam a conciliação.

A conciliação nacional implica na eliminação de qualquer resquício de conflito anterior. Os detentores do poder autoritário, há quinze anos comandando uma autocracia, criaram a figura discutível da "guerra revolucionária", procurando trazer para o interior do Brasil os quadros da guerra fria e antagonismos ideológicos diferentes.

Hoje, o regime autoritário preconiza uma chamada abertura democrática.

Pergunta-se: o regime autoritário o faz por vontade própria ou movido pelas pressões da Sociedade Civil?

Aceita a hipótese primeira, a anistia, do modo que venha a ser concedida, deverá ser aceita e encarada como uma concessão de quem sendo forte, tudo pode, até mesmo ser liberal.

As manobras sobre o pano de fundo do Poder, entretanto, demonstram, claramente, que a única hipótese aceitável é a segunda, pois a autocracia tenta permutar algumas medidas liberalizantes pelo que é o fim mesmo de todo autoritarismo: a sua continuidade no poder.

Assim se explicam o fim do AI-5, do 477, do 228, etc.

Assim se explicará a anistia que o regime autoritário se vê compelido a conceder.

A Nação exigiu a anistia. Ampla, geral e irrestrita.

O MDB, a OAB, a Igreja, todos os segmentos sociais da Nação exigiram anistia ampla, geral e irrestrita.

Seabra Fagundes, Presidente da OAB, ainda ontem aqui em Curitiba, declarou: "A anistia deve ser total; espero que o governo apresente um projeto que satisfaça este anseio de uma anistia que não deixe nenhum resquício de conflitos anteriores, abrangendo todos aqueles que incidiram em sanções de caráter penal e político em todo esse período de anormalidade que o País viveu, pela prática de atos de inspiração política, incluindo nesta anistia, tantos os condenados ou processados por crimes políticos, sem distinção de sua natureza, como os banidos, exilados, cassados, aposentados e demitidos. "Acrescenta Seabra Fagundes: "a anistia total, virando uma página da história, criaria condições para uma retomada do convívio pacífico da sociedade brasileira."

Raymundo Faoro, ex-Presidente da OAB comenta: "Anistia parcial, sem ser geral, é o mesmo que se pretender fazer omelete sem quebrar os ovos."

O Cardeal Paulo Evaristo Arns adverte que uma anistia onde se venha a fazer restrição aos ditos crimes de sangue implica na imediata responsabilização daqueles que torturaram e mataram, a serviço de órgãos de repressão.

A anistia deve ser ampla, geral e irrestrita.

A quem cabe concedê-la?

A constituição Imperial brasileira de 1824 preconiza: Art. 15 - É da Atribuição da Assembléia Geral:

8.º) -- Fazer leis, interpretá-las e revogá-las.

Art. 101. O Imperador exerce poder moderador:

9.º) — Concedendo anistia em caso urgente e que assim aconselhem a humanidade ao bem do estado.

Vê-se aí competência dupla: a legislativa é ordinária, enquanto a Executiva é extraordinária.

A Constituição Republicana de 1891, assegura, como privativa, a competência legislativa de anistiar:

Art. 34) — Compete privativamente ao Congresso Nacional:

27) — Conceder anistia.

A Constituição de 1934, saída da Revolução de 1930, mantém a competência legislativa em anistiar, não só como privativa, como ainda dependendo de sanção do Executivo. Dizia:

Art. 40) — É da competência exclusiva do Poder Legislativo:

e) — Conceder anistia.

Até a Constituição pró-fascista do Estado Novo de 1937, manteve formalmente a competência legislativa para "legislar", porém, determinava que a iniciativa dos projetos de lei cabia, em princípio, ao Governo.

Disponha da seguinte forma:

Art. 13) — O Presidente da República, nos períodos de recesso parlamentar ou de dissolução da Câmara dos Deputados, poderá, se o exigirem as necessidades do Estado, expedir decretos-leis sobre as matérias de competência legislativa da União...

XI. — Conceder anistia.

Art. 64) — A iniciativa dos projetos de lei cabe, em princípio, ao Governo...

A Constituição Liberal de 1946, derrubada pelo movimento de 64, preconizava como competência exclusiva do Congresso Nacional o conceder da anistia. Assim dispunha:

Art. 66) — É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

V. — Conceder anistia.

A Constituição de 1967:

Art. 46) — Ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, cabe dispor, mediante lei, sobre todas as matérias de competência da União, especialmente:

VIII — A concessão de anistia.

Já a Constituição de 1969, conhecida pelo nome de Emenda Constitucional Número 1, autorgada pela JUNTA MILITAR, ao incluir em seu corpo o AI-5, pena de morte, prisão perpétua, banimento, etc., retroage também na questão da competência de anistiar:

Art. 57) — É da competência exclusiva do Presidente da República, a iniciativa de leis que:

VI — Concedem anistia relativa a crimes políticos e Conselho de Segurança Nacional.

A doutrina sobre anistia não deixa qualquer margem à dúvida.

PONTES DE MIRANDA: "A anistia é medida tipicamente política. Se cabe aos Presidentes ou se cabe às Assembléias, dá-lo o grau de democracia do Estado. É índice. (Comentários à Const. de 67, vol. II, pág. 46).

ARAÚJO CASTRO: "Nas monarquias, a anistia é quase sempre concedida pelos reis e imperadores; nas repúblicas, semelhante atribuição é conferida ao Poder Legislativo, que é o poder que mais genuinamente representa a vontade do povo." (A Nova Constituição Brasileira, Freitas Bastos, 1936).

JOSÉ GOMES DA SILVA: "Ao órgão que faz a lei, cabe anistiar" (Anistia: In Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, vol. III, pág. 28).

JOÃO BARBALHO: "É uma medida de elevado alcance político que na monarquia se atribuía à minificência do imperante; na República, pertence aos representantes do povo soberano". (Constituição Federal Brasileira, Comentários, pág. 131).

Concluo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizendo que a Nação exige anistia ampla, geral e irrestrita, como uma conquista sua, e não como mais uma liberação de um regime autoritário que pretende o continuismo.

A anistia é suposição de desarmamento dos espíritos e, porisso, supõe a eliminação de organismos de repressão e de medidas de repressão inumana e injustificada.

A palavra anistia tem sua origem etimológica no glossário grego e significa esquecimento. Quantos milhares de cidadãos e profissionais foram fichados, indevidamente, em organismos de segurança e, porisso, devem ser beneficiados com a verdadeira anistia.

Hoje nós esperamos que o poder de anistiar seja devolvido ao Congresso Nacional.

Isto seria indício de democratização. A outra forma usada pelo regime autoritário é demonstração da permuta de liberalização pelo continuismo.

A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, continuará".

**O Sr. Nilton Friedrich** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Ilustre Deputado, no momento em que o Brasil assiste, mais uma vez, a inversão dos valores, inclusive da própria técnica legislativa, em que mais uma vez se consagra esses expedientes excepcionais hoje ainda inseridos na própria Constituição Brasileira, parece-me de suma importância se voltar este assunto, interessa ao MDB toda e qualquer espécie de anistia, mas nós não faremos concessão ao continuar a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, porque se inclusive neste País se fala tanto em assaltante de bancos e outros envolvidos e se tipificou um novo crime na lei brasileira, o crime de sangue, nós precisamos entender e fazer com que o povo brasileiro, ilustre Deputado, se aperceba de que a anistia ampla, geral e irrestrita tem outras amplitudes efetivamente, porque ela busca, inclusive, recompor direitos daqueles que foram cassados, aviltados em seus direitos, de que foram punidos, de que foram banidos, exilados, que sofreram todos os tipos de pressões físicas, intelectuais, morais, etc.

Essa recomposição de direitos, é dada ao funcionário público que foi despedido sem o efetivo inquérito sobre a sua atuação; é com referência ao político que foi cassado sem direito de defesa; é com referência ao próprio elemento que, na clandestinidade, buscou a via da violência, porque não encontrou outro meio para poder dar vazão a seu interesse, de defender as causas nacionais do povo brasileiro.

Todo esse conjunto de elementos que nós poderíamos delinear minutos e minutos aqui, é que precisa ser composto como ampla, geral e irrestrita.

Ampla geral e irrestrita não significa como querem colocar, o assaltante de banco, tem um significado bem maior, porque vai reservar esses direitos, rearticular profissões que foram interrompidas, resguardar direitos que foram esmagados enfim, a anistia não precisa nem de adjetivos se fôssemos analisar na sua amplitude máxima.

Mais cedo ou mais tarde, no verdadeiro sentido doutrinário, filosófico que o homem sempre deu a este grandioso instituto jurídico e, se a sua significação é essencialmente política, porque os crimes catalogados como os crimes de exceção, de opinião pública, etc., foram crimes com motivação política, e conseqüentemente o remédio é político e a anistia tem que ser ampla, geral e irrestrita.

E não existe conciliação nacional sem esta anistia ampla, geral e irrestrita. Poderá haver um remendo de anistia, mas não a efetiva, e digo mais, Deputado, hoje a própria mão estendida do Governo que fala em conciliação nacional através da anistia que ele propõe, não é a que queremos, porque ela objetiva simplesmente se aproveitar dos futuros anistiados para dividir as oposições brasileiras, para que eles vejam os banidos, exilados e demais envolvidos, para que possam subdividir a Oposição. Ela não tem nem o caráter humano, não tem nem a motivação

do bom senso, não tem nem a causa maior, que deveria ser o aspecto político do bom senso e de humanitarismo.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e em relação a ele, devo até lembrar para os Srs. Deputados, que assim o desejarem, um excelente trabalho feito pelo Professor Dalmo de Abreu Dallari, exatamente sobre o tema "Anistia e Restauração de Direitos, publicado na "Folha de São Paulo", no dia 10 de junho de 1979, portanto, bastante recente, onde muito mais do que o conceito de anistia, como a forma de esquecer atitudes passadas, ele prevê, claramente, a restauração da vida civil de cada cidadão atingido pela excepcionalidade dos atos de exceção, que o regime autoritário lançou mão durante quinze anos, para se manter no Poder.

E nós, democratas, não podemos jamais, confundir medidas liberalizantes com a implantação de uma verdadeira democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Vereador José Maria Tanky, da cidade da Lapa.

Concedo a palavra, no horário reservado à Liderança da Arena, ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Sempre achei que bem administrar é saber definir prioridades. Cotejando os recursos dos quais dispõe, o bom administrador escalona o que pretende e pode realizar, por ordem de importância, e evidentemente, de viabilidade. A isto, nós chamamos planejamento.

Alteradas as circunstâncias, modificados os recursos disponíveis, há que se rever as prioridades. Alteram-se os planos, sem que isto possa implicar em demérito ao administrador. Ao contrário, salienta seu dinamismo e a sua sensibilidade criativa. Esta visão, este preâmbulo que fiz, leva a estranhar que determinados setores também se manifestado surpresos com alterações introduzidas na administração do Estado, especificamente na programação de obras.

Exemplos tivemos aqui mesmo, na Assembléia Legislativa, em recentes pronunciamentos de alguns dos nobres Srs. Deputados da Oposição, e ainda na última terça-feira, quando o nobre Deputado José Tavares falou sobre isto.

Análise incorreta e as críticas improcedentes, tiveram o objetivo evidente, sem demérito nenhum ao nobre Deputado, que muito respeito, mas tiveram o objetivo evidente de confundir a opinião pública. No que, em parte, obteve sucesso, porque geraram notícias de imprensa totalmente infundadas.

A suspensão das obras da Estrada Bela Vista do Paraíso - Primeiro de Maio, episódio normal e explicável, transformou-se pela interpretação tendenciosa em um caso fictício de má aplicação dos dinheiros públicos e de desperdício injustificável.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é segredo para ninguém, que o erário público estadual passa por fase difícil. Tem sido notícia destacada, na imprensa, que o Paraná sofreu prejuízos nas atividades agro-pastoris, em consequência de geadas, inundações e secas. Houve uma profunda alteração de expectativas econômicas, após a transição política em que Jayme Canet Júnior foi sucedido por Ney Braga no Governo do Estado.

Cabia ao primeiro, Sr. Jayme Canet, dentro das previsões financeiras do Tesouro de então, traçar o planejamento de obras prioritárias e dar seguimento ao processo de sua realização; e Jayme Canet, como bom administrador, provado que foi, o fez.

Cabia ao segundo, assumidas as funções e verificada uma alteração profunda na previsão de meios disponíveis, reescalonar as prioridades ao acorde das disponibilidades; e Ney Braga,

como eficiente administrador, o fez também. Como certamente faria o seu antecessor, em idênticas circunstâncias. Além da previsão de queda na arrecadação estadual, consequência da queda na agro-pecuária, outro fato deve ser considerado como novo na realidade paranaense: a partir da instalação do novo Governo da União. — aliás, aqui eu quero fazer um parêntesis para dizer, com todo respeito ao Deputado Fiori, que nós não aceitamos, absolutamente, a colocação desrespeitosa que ele fez com relação ao quinto Governo da Revolução, com relação ao Governo João Baptista Figueiredo, um homem que tem procurado de todas as maneiras reconduzir este País ao destino que todos querem: de uma grande potência e essencialmente democrática. Um homem que realmente tem estendido suas mãos à Oposição, um homem que realmente tem atendido as maiores reivindicações do povo brasileiro.

Nós não aceitamos, absolutamente, e até recebemos como um desrespeito, que um membro do Poder Legislativo faz a um Presidente da República, quando de uma forma irreverente o classifica como quinto delegado da Revolução. Absolutamente, é o quinto Presidente de um movimento que surgiu do meio do povo. De um movimento que foi reclamado pelo povo, no instante em que se ameaçava aqui instalar, e aí sim, uma verdadeira ditadura de esquerda, — neste instante, principalmente a mulher brasileira, saiu às ruas e pediu, pediu às Forças Armadas que pusesse cobro, paradeiro à desordem que reinava na Nação. Os homens da Revolução não estão no Governo porque o quiseram, mas estão sim, interpretando a vontade fiel do povo brasileiro.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já vou concedê-lo a Vossa Excelência, com todo o prazer.

Como ia dizendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a partir da instalação do quinto Governo da Revolução, uma prioridade nova ocorreu para todos os Estados, que foi o desaquecimento da economia que, perseguido pelo Governo Federal como o caminho de combate à inflação, exige uma redução dos investimentos públicos.

Daí concluir-se que o ritmo de ingresso de verbas federais, nas unidades federativas é evidente que está mais lento, mais difícil. É esta a razão da ida amanhã, à Brasília, do Governador Ney Braga, a única razão é no cumprimento do mandato de Governador, é no cumprimento de seus deveres, de suas obrigações, lutar para que o Governo Federal que hoje, lamentavelmente é quem detém todos os recursos pela imperfeição das leis tributárias brasileiras; que o Governo Federal continue mandando recursos ao Paraná, para que o Paraná não pare; para que o Paraná continue crescendo; para que o Paraná, efetivamente, seja aquele Estado com o qual todos nós sonhamos.

Esta a razão da ida do Sr. Governador à Brasília. Essa previsão nítida da queda dos recursos é que levou o Governador Ney Braga a rever prioridades e rearranjar cronograma de obras. Com isso somente revelou agilidade e talento gerencial na área da Secretaria dos Transportes, uma das medidas adotadas foi a reformulação físico-financeira, de todas as obras rodoviárias em execução no Estado.

O Sr. Fidélino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concederei o aparte a Vossa Excelência. Primeiro, ao nobre Deputado que me solicitou. Mas eu só quero concluir aqui o meu pensamento e já concederei o aparte.

O Sr. Fidélino Tolentino — Aguardarei, Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência.

Na área da Secretaria dos Transportes, uma das medidas adotadas, para enfrentar uma situação nova, foi a reformulação físico-financeira de todas as obras rodoviárias em execução no



Estado. É uma situação como a que atravessa a economia brasileira no seu conjunto; é indispensável que medidas desse tipo sejam encaminhadas em comum acordo com as empresas, pois não interessa nem ao Governo e nem à Sociedade, que mais empresas sejam desativadas com os reflexos sociais do desemprego, que seria inevitável. Essa sincronia de interesses, graças a Deus, foi encontrada dentro das limitações financeiras impostas, que impediam a continuidade, ao mesmo tempo, de todas as obras.

Algumas empreiteiras optaram pela concentração de trabalhos nos trechos em execução que estivessem com a implantação física mais adiantada. Os demais, de início mais recente, portanto, com cronograma físico mais atrasado, permaneceriam ao aguardo de recursos.

Apenas isto, nobres Deputados da nobre Bancada da Oposição nesta Casa, aconteceu com o trecho Bela Vista do Paraíso - Primeiro de Maio. Reconhece o próprio pronunciamento da Oposição que foi um dos últimos a serem iniciados pela administração Canet Júnior, e exclusivamente por essa determinante cronológica, estava com a implantação física em início, ficando suas obras adiadas.

Agora, tão logo outros trechos rodoviários mais adiantados estejam concluídos, a rodovia Bela Vista do Paraíso - Primeiro de Maio terá sua construção reiniciada.

Essa é a verdade que me cabia trazer à Casa, a fim de que outras ilações que se tentam fazer, principalmente no campo político, não passem de especulações que desservem aos interesses do Estado.

O Paraná consciente e otimista, há de entender que o adiamento de alguns projetos não significa o desconhecimento da necessidade dessas obras. Gastar acima de sua capacidade de investimento...

**O Sr. Waldyr Pugliesi** — Vossa Excelência permite um aparte?  
**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Já concederei aparte a Vossa Excelência, pela ordem.

... e endividamento significaria para o Estado, entrar em processo de suicídio financeiro, desatino do qual felizmente estamos livres, porque é um Estado, administrado por uma equipe eficiente, realista e, acima de tudo, voltada aos interesses do povo paranaense.

Concedo aparte ao nobre Deputado Lineu Turra.

**O Sr. Lineu Turra** — Ouvi com bastante atenção a defesa que Vossa Excelência faz do Governo do Estado...

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Não, não é defesa. É uma satisfação que estou dando à nobre bancada da Oposição.

**O Sr. Lineu Turra** — Certo.

A respeito do que se comentou que estaria sendo executado, traçado uma estrada que iria beneficiar a Fazenda Belo Horizonte, do ex-Governador Jayme Canet Júnior. Realmente, nós nos espantamos, Deputado Erondy Silvério, Líder inteligente da Bancada Arenista, quando Vossa Excelência diz que o atual Governador foi obrigado a alterar os planos de obras do Governo anterior, elegendo prioridades para seu Governo.

Evidente que as prioridades num bom planejamento administrativo devem existir. Mas é que no entrosamento que havia entre o atual Governo e o passado...

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Se Vossa Excelência me permitisse, sei onde quer chegar. Vossa Excelência está no caminho errado. Não é isso que eu disse, e essa ilação que se pretende tirar desse episódio do adiamento das obras é que não é o correto.

**O Sr. Lineu Turra** — Se Vossa Excelência me concede o aparte...  
**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Concedo com todo prazer, apenas quero atalhar o seu caminho.

**O Sr. Lineu Turra** — Então, não concebo que possa haver esse desencontro numa planificação administrativa. Porque o Governo atual teve condições de se entrosar no planejamento anterior.

Pois bem, sabemos que administração é continuidade...  
**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Lamento interromper o seu aparte, mas quero fazer justiça à inteligência de Vossa Excelência.

Não foi isso que falei da tribuna. Disse que, em virtude do plano do Governo Federal de desaquecimento da economia e de medidas que escorreram por todos os Estados da União, com a falta de liberação de recursos, houve a necessidade de se rever prioridades.

Foi isso que falei.

**O Sr. Lineu Turra** — Então, Deputado Erondy Silvério, fica, mais uma vez, confirmado que o Paraná não tem independência administrativa.

**P SR. ERONDY SILVÉRIO** — Não é só o Paraná, nobre Deputado.

Vossa Excelência sabe, toda a Nação sabe, que enquanto não se reformar o Código Tributário, leis tributárias, nenhum Estado é independente.

(tumulto) (Soam os tímpanos).

**O SR. PRESIDENTE** — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lembra ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que lhe resta apenas um minuto para concluir.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Gostaria de não interromper mais ao nobre Deputado Lineu Turra, porque tenho grande apreço, grande admiração por Sua Excelência.

**O Sr. Lineu Turra** — A admiração é recíproca.

**O Sr. Dácio Leonel** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** — A Mesa lembra que o nobre Deputado Erondy Silvério concedeu aparte ao nobre Deputado Lineu Turra.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O Sr. Lineu Turra** — Nobre Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência censurou o Deputado Fiori Luiz...

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Não censurei, absolutamente.

**O Sr. Lineu Turra** — E Vossa Excelência considerou desrespeitoso o aparte de Sua Excelência...

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — E foi desrespeitoso.

**O Sr. Lineu Turra** — Mas, quero dizer a Vossa Excelência, que o Deputado Fiori Luiz nada mais fez do que repetir aquilo que o ex-Presidente Ernesto Geisel disse, que era um delegado da Revolução.

Portanto, ele usou os mesmos termos do ex-Presidente Geisel, que o atual Presidente da República é um delegado da Revolução. Não houve desrespeito nenhum à figura do Presidente da República.

E, quanto à "marcha das mulheres", na Revolução, quero dizer que foi após a Revolução, liderada pelo ex-Embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon.

**O Sr. Dácio Leonel** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** — Está esgotado o tempo regimental concedido ao nobre Deputado.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE** — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa anuncia, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Isaías Ogliari, Presidente da Associação dos Professores do Paraná.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Deputado Tércio Albuquerque, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados**. — Ao Departamento Legislativo. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 45/77, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que denomina Usina Juscelino Kubitschek de Oliveira, a atual Usina de Foz do Areia. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, pelo Substitutivo.**

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 99/77, de autoria do ex-Deputado ACCIOLY NETO, que autoriza o Poder Executivo, criar sob forma de Fundação, a Universidade Estadual do Litoral, com sede na cidade de Paranaguá, e dá outras providências. Pareceres Contrário da C.C.J., C.F. e Favorável da C.I.P., por unanimidade. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — **(Pela ordem)** Vossa Excelência anunciou que a Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável a este projeto?

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** Parecer contrário da Comissão de Justiça e Favorável da Comissão de Instrução Pública.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço, Sr. Presidente. Havia entendido que Vossa Excelência teria anunciado que o Parecer fora favorável da Comissão de Constituição e Justiça, quando na verdade foi este Deputado que relatou o projeto, contrariamente.

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — **(Para discutir)** Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ilustre ex-Deputado Accioly Neto propõe a criação, em forma de Fundação, da Universidade Estadual do Litoral, com sede administrativa em Paranaguá, e no seu projeto dá outras providências, mas, no embasamento do projeto, Sr. Presidente, ele usa a mesma argumentação usada pela Mensagem Governamental do ex-Governador Paulo Pimentel, quando, em 1969, enviava mensagem a esta Casa propondo a criação, em forma de Fundação, das Universidades Estaduais de Londrina, de Ponta Grossa e de Maringá.

Na argumentação que o ex-Deputado Accioly Neto, ele entende que, Paranaguá ou a região do Litoral, dando as suas condições fisiográficas, sociais, culturais próprias específicas, fazem mais do que justa a pretensão que este anteprojeto objetiva.

Mas nós já havíamos ocupado, Sr. Presidente, a tribuna nesta mesma Assembléia, em outra oportunidade, para inclusive contestar o critério adotado pelo Governo do Estado na criação dessas três Universidades, pois, a prevalecer o fator cidade-polo da região, a partir de um determinado instante, a partir de um determinado momento, todas as cidades com uma expansão geopolítica maior, com uma expansão urbana bastante grande e uma capacidade de polarização razoável em termos de região, toda cidade passaria a ter, conseqüentemente, o mesmo direito observado pelas três cidades beneficiadas na mensagem do então Governador em 1969.

Mas, objetivamente, com a implantação da Lei 5692, criando e definindo as diretrizes fundamentais para o sistema educacional brasileiro, deve-se passar a questionar a forma como o Estado vem mantendo essas fundações estaduais encarregadas e responsáveis pela manutenção de cursos superiores em cidades como Londrina, Maringá, Ponta Grossa e, a prevalecer o critério adotado em 69, em Paranaguá, em Umuarama, em Cascavel, em Foz do Iguaçu, em União da Vitória.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é claro e evidente que, um projeto desta natureza recebe, de antemão, um parecer totalmente favorável da Comissão de Instrução Pública, nas palavras do seu Relator, o Deputado Werner Wanderer; o mesmo não acontece com a CCJ, que deve se ater e se apegar ao aspecto meramente legal e formal, e a iniciativa, evidentemente, de uma criação de uma Fundação com essa finalidade, com este nível, não deve cômpetir dentro do atual quadro, ao Legis-

lativo estadual. Mesmo Parecer da Comissão de Finanças.

Entretanto, Sr. Presidente, deveria ser esse instante o momento em que essa Casa é chamada a apreciar um projeto desta natureza, deveria ser o momento para que nós, Deputados, pudéssemos, inclusive, repensar nos rumos em que está moldado, e em que está balizado o modelo educacional brasileiro, porque efetivamente nós vamos observando um desejo muito grande de conclusão a qualquer preço e custo, de um curso superior, e entretanto vamos observando conceitos outros que a Organização das Nações Unidas vem evoluindo e desenvolvendo com o correr dos tempos, e embora o Brasil tenha sido o signatário de diversos convênios de caráter internacional, como no tempo do ex-Chanceler Santiago Dantas, o convênio em Punta Del Leste, quando todos os Estados signatários se obrigavam a ampliar a base de educação para um período de 6 anos, e isso a Lei 5692 o faz ao classificar o ensino de primeiro grau, como obrigatório gratuito e extensivo à faixa de idade de 7 a 14 anos.

Entretanto, cria-se intermediariamente um nível de 2º grau profissionalizante, que a experiência prática vem demonstrando sobejamente, que continua este segundo grau a funcionar na prática, como um preparatório pré-vestibular, não dando, conseqüentemente, ao adolescente, qualquer sentido de profissionalização.

E aí o vértice aguda-se, agudiza-se, o funil estrangula-se exatamente na hora e na entrada do ensino de terceiro grau, do ensino superior.

Neste aspecto, é evidente que o desiderato do Deputado Accioly Neto tem toda a procedência como terá procedência também os desejos de qualquer Sr. Deputado desta Casa, no sentido de dotar cidades, polo de região, com instituições de ensino superior. Assim será o caso do Norte Velho, assim será o caso do Norte Novíssimo, assim será o caso do Oeste e Sudoeste do Paraná.

Entretanto, nós deveremos repensar os determinados rumos porque passa a educação brasileira, ainda mais, Srs. Deputados, que nós estamos com moldes de ensino superior apesar do famoso acordo MEC—USAID, mudando fundamentalmente a estrutura física de determinados cursos superiores, não mudando, entretanto, a programática desses cursos. Mudada a estrutura física, não é mudada a programática, programática essa que em muitos casos é de uma oportunidade, é contemporânea às vezes, ao Segundo Reinado de D. Pedro II, no Brasil.

Aí é que deveria haver uma evolução, uma adequação real às necessidades sociais e ao cumprimento daquilo para o que se foi formado e fundado a uma escola. Entretanto, apesar desta conceituação da Organização das Nações Unidas, dentro de uma evolução típica e clara da situação mundial, mas olhando-se principalmente para o quadro específico do Brasil, quando se tentou na Lei 5692, a profissionalização do adolescente através dos cursos de segundo grau, esqueceu-se entretanto da base fundamental da pirâmide ascensional da educação.

Assim, Srs. Deputados, enquanto o País vivia sob a estrutura social, econômica, de uma agricultura extensiva, de uma agricultura de auto-suficiência familiar, o modelo educacional brasileiro era um.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a partir de 1946, e depois, mais explosivamente, no quadriênio 57/61, com a tentativa de uma industrialização maciça nas cidades brasileiras. Nós vamos observar uma mudança total dos eixos de direção demográfica do País.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. RENATO BERNARDI — Já concederei, assim que concluir este embasamento.

Nós vamos observar uma mudança dos eixos direcionais demográficos brasileiros; o País continua, como um todo, com vocação agrícola, o País continua sendo agrícola; a Nação entre-

tanto, passa a ser urbanizante. E grandes massas humanas concentram-se nos centros urbanos. São Paulo, hoje, a grande São Paulo, detém uma população de 12 milhões de habitantes. E tem o mesmo quadro educacional de ensino superior de 20 anos atrás, aberta exceção, clara, à iniciativa particular, que procurou explorar, comercialmente, o ensino superior mais em campos na área de humanidade. E São Paulo terá, até o Ano 2.000, na melhor das hipóteses, 25 milhões de habitantes, e na pior delas, uma região metropolitana de 32 milhões de habitantes. Assim, observa-se que neste redefinir de rumos, nós teríamos que pensar no conceito da ONU, de educação permanente.

Mas, tem o aparte Vossa Excelência, Deputado Luiz Alberto.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Confesso a Vossa Excelência, nobre Deputado e professor Renato Bernardi, que não sabia e fiquei em dúvida; pedi o aparte para interromper o brilho da sua definição sociológica de educação e dos conceitos aqui expendidos, mas, devo me posicionar também, com relação ao problema do projeto em análise, bem como a criação das três Universidades Estaduais, ocorrida em 1968, e que propiciaram três escolas ou três fundações universitárias de alto nível, neste Estado, neste curto período de tempo.

E Vossa Excelência mesmo pode testemunhar o brilhantismo das atividades universitárias deste Estado, porque acompanhou, na sua cidade, como professor e como homem interessado na educação, o desenvolvimento da nável Universidade de Maringá. Todos nós conhecemos o brilhantismo da Universidade de Londrina, e, em termos culturais, em termos acadêmicos e em termos educacionais, eu concordo que são escolas que dependem, inclusive de uma revisão, e de uma reciclagem, uma série de aspectos, mas foi uma fórmula paranaense encontrada, naquela época, para levar ao interior um ensino universitário.

Realmente, o Estado andou bem quando criou essas escolas, porque se transformaram em centro de difusão cultural. Eu, pessoalmente, vejo com muito bons olhos o projeto do nobre Deputado Accioly Neto, em quem reconheço uma das maiores capacidades que já passou nesta Casa, e dele sou amigo pessoal, faço questão de repetir isso a cada oportunidade.

Mas, não posso concordar que se use, no momento presente, a mesma argumentação que se usou em 1968. As épocas são diferentes, a situação do País e a situação educacional que passaram ao longo desses anos, por diversas revisões, inclusive a própria Lei 5692, que estabeleceu novas diretrizes para a educação neste País, é de 1970. A argumentação que o eminente Deputado Accioly usa, para embasar o seu projeto, é em função de uma Lei do Poder Estadual de 1968. Portanto, voto contra o projeto, por considerá-lo inadequado à realidade, e por, como Vossa Excelência sabe, carecer totalmente o Deputado de poderes para propositura de uma ação de um projeto desta envergadura.

Mas quero, ao finalizar este longo aparte, congratular-me com Vossa Excelência, pelo brilho da conferência que foi, desde o pequenino litoral paranaense, até o gigantismo da metrópole paulista.

**O SR. RENATO BERNARDI** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e concordo com uma colocação que faz, que esta Mensagem criadora das Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, ela data de maio de 69. É claro que as condições eram outras, claro que essas Fundações cumpriram e estão cumprindo um determinado objetivo que se tinham proposto exatamente dentro de uma lei estadual.

Entretanto, 1969 é uma coisa; 1979, as condições são totalmente outras. Daí porque, a gente vem a esta tribuna, exatamente aproveitando-se de uma oportunidade como esta, para enfatizar junto aos representantes do povo a necessidade de se repensar os destinos da educação brasileira e do sistema educa-

cional que nós estamos hoje moldados e vivendo nele. Porque a gente afirmava, antes do aparte de Vossa Excelência, que esta concentração humana ao redor de centros urbanos definidos, vem criar uma nova expectativa.

E veja Vossa Excelência, que enquanto aqui no Brasil nós temos uma expectativa de assistência social, porque a educação permanente pré-escolar, seja em forma de creche, seja em forma de maternal, seja em forma de jardim de infância, seja em forma de pré-escola, de qualquer modalidade ou tipo, esse tipo de educação no Brasil ainda vem sendo feito a dois títulos. Ou a título de assistência social, entidades mantidas por sindicatos, entidades mantidas pela LBA, mantidas pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, ou então exploradas única e exclusivamente pela iniciativa particular.

Mas as condições hoje de um Brasil urbano, exige, entretanto, uma definição nova do administrador público na educação pré-escolar. E veja Vossa Excelência que se a base do processo educacional exige uma reciclagem, exige que se repense nos seus rumos e nos seus destinos, nós estamos hoje discutindo o vértice desse mesmo triângulo, quando fundamentalmente a base exige uma reciclagem e uma redefinição.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Não é só o aspecto prático que precisa ser repensado. Vossa Excelência analisa algumas causas, algumas conseqüências, a deficiência do ensino pré-escolar, do primeiro grau, do segundo grau e do ensino superior. O que é preciso, na verdade, é repensar a própria filosofia da educação brasileira. E eu louvo a sua atitude em abordar esse assunto, só não gostaria que acontecesse no País hoje, o que aconteceu infelizmente com a famosa Lei de Diretrizes e Bases, que dormiu durante 13 longos anos nas gavetas do Congresso Nacional.

Realmente, o homem público, preocupado com o bem desta terra, deve se preocupar essencialmente com a educação. **O SR. RENATO BERNARDI** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e é um prazer muito grande manter este tipo de diálogo. O processo todo tem que ser questionado, o modelo todo tem que ser discutido. E não posso entender, porque veja Vossa Excelência, que as últimas pesquisas feitas por especialistas da área, determinaram que em cidades de mais de 120 mil habitantes, 60 por cento das crianças com idade inferior a sete anos, e claro que superior a dois anos, 60 por cento dessas crianças passam de 5 a 6 horas diante da televisão.

Ora, é um perigo seríssimo que nós corremos, nós brasileiros, corremos dentro do nosso modelo cultural, ao permitir que a base da nossa Nação, que a base da nossa família, que o futuro do nosso País esteja sendo formado e moldado por redes internacionais de televisão. Porque é exatamente no momento em que o aparelho de televisão funciona como uma babá eletrônica, este aparelho eletrônico não está passando filmes, e não está passando uma programação de caráter nacional.

Normalmente, estará induzindo as nossas crianças a pensarem dentro de um modelo e dentro de um padrão importado, porque normalmente, esses enlatados, esses filmes são importados de grandes empresas, ou americanas ou européias, e isso é seriamente grave, porque cada País, dentro de sua cultura, dentro de sua forma típica cultural de reagir diante dos atos e diante dos fatos, cada País tem uma forma própria de raciocinar, de pensar, de refletir e agir.

E enquanto 60 por cento das nossas crianças passam de cinco a mais horas diante de um aparelho de televisão que lhes projeta naquele horário uma programação totalmente alienígena, que nós adultos que assistimos à programação noturna, ainda somos brindados com programação brasileira. Mas as nossas crianças durante o dia, estão recebendo essa programação alienígena, estão conseqüentemente moldando também um novo padrão cultural, uma nova maneira de reagir diante de fatos.

E isto eu considero sumamente grave.

Se formos olhar para o outro lado, o lado da nutrição, vamos observar também, Deputado Luiz Alberto, que existe séria denúncia de que em algumas faixas do território brasileiro, estamos criando um novo tipo racial, de nanicos anêmicos, dado o modelo econômico que obriga as famílias a fazerem uma contenção alimentar. É uma redefinição dos rumos do modelo educacional brasileiro, com uma preocupação do Estado, como Secretaria de Educação, nunca como Secretaria de Assistência Social, nunca como uma atitude paternalista, mas como uma atitude de enquadramento diante de um processo educacional, social e cultural. Se nós conseguirmos dar atendimento a essa base, estaremos exercendo uma função social muito séria, mas estaremos também, dando, a par disso, uma devida e conveniente alimentação a essas crianças, evitando-se a criação de uma sub-raça de nanicos anêmicos. Tem o aparte o Deputado Del Ciel.

**O Sr. Del Ciel** — Deputado Renato Bernardi, que enfoca com sabedoria e conhecimento de causa, a situação do Ensino Superior do Estado do Paraná, na Pátria brasileira, e abrangendo inclusive o problema pré-escolar em nosso País, só me atrevo a apartear-lo neste instante, para registrar que no nosso entendimento é bom lembrar, que se efetivamente, a criação de fundações, Universidades Estaduais, em governos passados, atendiam às necessidades da época, e o grande anseio das comunidades que centralizam, comunidades polos, de regiões do Estado do Paraná, é bom lembrar que o Paraná, infelizmente não tem se aproveitado da participação de seus homens públicos quando os mesmos conseguem alcançar projeção tal que lhes dê uma participação no primeiro escalão do Governo Federal.

Se o Paraná tinha três Universidades Estaduais criadas, teve em seguida um seu Ministro da Educação, a quem competia, a quem se oferecia a oportunidade de federalizar as Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, e nós todos do MDB, mesmo os desvinculados das nossas regiões que contam com Universidades Estaduais, passam seguidamente por esta tribuna, apelando, pedindo, implorando, exigindo, de todas as formas e em todos os termos, ao então Ministro da Educação, do Governo Federal saído do Paraná, hoje Governador do Estado, para que federalizasse as nossas universidades.

Exemplo dado por todos os seus antecessores no Ministério da Educação. Se não por todos, pela grande maioria. Então, o Estado que teve seu Ministro de Educação, federalizou sua universidade, mas o grande líder paranaense, certamente se sentia impossibilitado de atender esta reivindicação do Estado do Paraná, para que outros Estados não pudessem tê-lo como um protetor de sua terra ou de seu próprio Estado.

E este posicionamento do então Ministro da Educação, atual Governador do Paraná, impõe hoje um grande sacrifício à educação e à economia do nosso Estado, porque estão aí as três fundações universidades estaduais, que se criam a Universidade Estadual de Paranaguá, de Cascavel, e tantas outras, e que encontre o homem que teve oportunidade de fazer justiça ao Paraná, soluções para os problemas para custear e manter estas universidades estaduais.

Porque, eminente Deputado, infelizmente, até a data de hoje, um regime e um sistema implantado é o mesmo de há quinze anos atrás, e as soluções não brotarão, a não ser que, efetivamente, o povo consiga a sua vitória, conquistando a redemocratização deste País.

Redemocratização que não virá em bandeja alguma, como presente do atual Presidente da República, mas que está aí a cantar presente, em pequenas parcelas, numa tentativa de iludir a opinião pública, e as mulheres brasileiras, que estão saindo às ruas, gritando pela anistia, pela justiça, pela legalidade, pelo respeito aos direitos humanos em em defesa, enfim, da educação e do povo brasileiro.

Muito obrigado, eminente Deputado, mas é uma pena, para o nosso Estado, que o ex-Ministro da Educação tenha injustiçado e será ele vítima, agora no Governo deste Estado, pela falta de ter dado ao Paraná, o direito que tinha, em função dos exemplos dados por todos os Ministros que por lá passaram.

**O SR. RENATO BERNARDI** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Eu não pretendia interromper novamente Vossa Excelência, mas estávamos dialogando em termos de filosofia de educação, não me levou, no aparte que concedi a Sua Excelência, nenhum motivo de aderência emocional ou partidária, como vejo aparte do nobre Deputado Del Ciel.

Nenhum paranaense, com isenção, pode entender que o Governador Ney Braga, ex-Ministro da Educação e Cultura, tenha tentado impedir a federalização das escolas.

Todos nós e o Governador Ney Braga fez uma declaração pública, através da televisão, de que tentou a federalização das escolas. Vossa Excelência conhece a tramitação de um processo de federalização de escolas a nível do Governo Federal, não depende, exclusivamente, de um Ministro da Educação, não dependeria apenas de o Ministro baixar o decreto ou apor a sua assinatura, transferindo o patrimônio das universidades, que é um patrimônio paranaense, e os custos da sua manutenção, para o Governo Federal. Não. Seria muito fácil, para o Governador Ney Braga, num passe de mágica, conseguir fazer com que as universidades estaduais passassem a ser universidades federais.

Pelo contrário, depende de orçamento, que é um orçamento plurianual, depende da Secretaria de Planejamento, que verifica a disponibilidade de recursos, depende de lei desta Casa, autorizando o Governador a passar o patrimônio físico, o patrimônio financeiro das escolas, para o nível federal. Portanto, não se pode tentar atingir o Governador Ney Braga, com a pecha de que ele não quis a federalização das universidades.

O que Sua Excelência fez isto nós confessamos, é que ele não conseguiu a federalização, que eu acho que é uma luta que nós devemos continuar a ter. Não só porque não temos o atual Ministro. Haveremos de mantê-la sempre.

Eu mesmo, nobre Deputado, tive a oportunidade de apartear-lo quando ainda não tinha nos dado o prazer do seu convívio nesta Casa, apartear o Deputado Valter Osório Pietrângelo, de Maringá, e de fazer essas colocações que estou fazendo, no momento.

Também não tenho procuração do Governador Ney Braga em defendê-lo na sua atuação como Ministro da Educação e da Cultura. Mas, creio que ele foi um dos melhores Ministros que este País já teve. E posso analisar com Vossa Excelência, dados de todos os setores da educação nacional, para dizer que realmente sua atuação como Ministro da Educação beneficiou a estrutura nacional deste País. A estrutura cultural, porque nós tínhamos um Ministério que tratava de assuntos burocráticos da educação, e nós conseguimos e o Ministro Ney Braga conseguiu transformá-lo num fator de realimentação cultural deste País; sua administração como Ministro, foi a mais democrática possível; não fez aplicação de nenhum ato de exceção; não se viu ao seu tempo qualquer atitude de menosprezo ao professorado deste País.

Vossa Excelência sabe, por exemplo, de quanto se multiplicou neste País os cursos de pós-graduação? Vossa Excelência conhece o investimento que o Governo Federal fez no Paraná, no setor mais carente que o Paraná tem, que é o setor de primeiro grau. Não é desconhecido de ninguém, que o Paraná, no último Governo, conseguiu multiplicar as salas de aula.

Concordo com Vossa Excelência, e o aspecto é discutível;

nós poderíamos ficar a tarde toda, conversando sobre determinados assuntos; educação é apenas o espaço físico. Lógico que não. É natural que não. Na educação é preciso ter o agente da educação que é o professor, que precisa receber mais; mas que professor neste País, infelizmente, recebe pouco, desde quando Pedro Álvares Cabral descobriu este País. E nós temos deficiências financeiras, que nos levam a impedir, inclusive como levou ao Ministro Ney Braga a federalização das escolas.

Portanto, concordo com as colocações de que é preciso repensar a educação. Mas nós não precisamos ocupar a tribuna para tentar caracterizar um cidadão que tem se comportado na vida pública exemplarmente, em todos os cargos que ocupou, como o responsável pela não federalização das escolas do Paraná.

**O SR. RENATO BERNARDI** — Agradeço o seu aparte; agradeço o aparte do Deputado Del Ciel, e devo dizer que foi um prazer ter dialogado tanto com o Deputado Luiz Alberto quanto com o Deputado Del Ciel, e a posição do ex-Ministro e do atual Governador Ney Braga, será uma posição jurada pela História.

**O Sr. João Mansur** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Nobre Deputado Renato Bernardi, quero congratular-me com Vossa Excelência, quando ocupa a tribuna justificando sua posição com relação ao projeto do ex-Deputado Accioly Neto, que tramita por esta Casa. E devo confessar a Vossa Excelência que estamos assistindo com muita atenção, e não podia ser diferente, porque Vossa Excelência demonstra da tribuna, conhecimento pleno da causa.

Discordo, com relação ao ponto de vista defendido por Vossa Excelência, embora reconheça a inviabilidade na concretização do projeto proposto pelo ex-Deputado Accioly Neto.

Mas, como uma homenagem ao seu companheirismo, à sua cultura, eu votarei favoravelmente a este projeto de lei, embora reconhecendo as dificuldades e até mesmo a sua inviabilidade.

Mas eu queria, nobre Deputado Bernardi, discordar dos apartes que Vossa Excelência recebeu, e especialmente há poucos dias, do pronunciamento do nobre Deputado Trajano Bastos, onde criticava veementemente o atual Governador do nosso Estado, o ex-Ministro Ney Braga, e pretendo, nobre Deputado, não querendo tomar o seu tempo neste aparte, apenas dizer a Vossa Excelência e a esta Casa que talvez esta semana ainda ou na próxima semana, ocuparei a tribuna, porque já estou hoje de posse dos dados completos de tudo aquilo que o eminente Governador Ney Braga realizou no Ministério da Educação, não só em favor do Paraná, mas em favor do Brasil.

E acho, nobre Deputado Renato Bernardi, que a atuação do homem público não se mede por aquilo que ele deixou de fazer, mas é preciso que se estabeleça um quadro comparativo entre aquilo que se deixou de fazer e aquilo que se fez em favor.

E posso afirmar a Vossa Excelência, com muita tranquilidade, que o atual Governador Ney Braga fez muito pela educação do Brasil, e especialmente pelo Paraná.

Agradeço o aparte a Vossa Excelência, e prometo voltar à tribuna numa oportunidade, para mostrar a esta Casa e ao Paraná tudo aquilo que Ney Braga fez em favor da educação do Paraná.

**O Sr. Del Ciel** — Um aparte de dez segundos. **(Assentimento)**

Tão somente para registrar que, lembrado por um dos companheiros da bancada, - se não me falha a memória, Deputado Nelson - não sei se o tempo permitirá que eu aparteie, que talvez eu tenha cometido uma injustiça, e que o responsável pela não federalização das Universidades do Paraná não tenha sido o ex-Ministro Ney Braga.

Talvez seja o atual Prefeito da Lapa. Somente para isso.

**O SR. RENATO BERNARDI** — Agradeço a participação do

Deputado João Mansur.

E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tinha a intenção de polemizar desta tribuna, com nenhum Sr. Deputado. Acho que o projeto do Deputado Accioly Neto é um gancho perfeito para uma definição de posições e de necessidades fundamentais.

Entendo que se deva repensar o destino dado à educação brasileira; deve-se redefinir o padrão cultural que se queira dar ao povo brasileiro, e voltarei daqui a instantes, a falar especificamente sobre o projeto Accioly Neto.

Tem o aparte o Deputado Fidelcino Tolentino.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Agradeço a Vossa Excelência esta deferência e a oportunidade que me dá para poder também colocar, modestamente, a minha posição em favor deste projeto de lei.

Acho perfeita e humanamente necessário, porque fala-se muito hoje de universidades, de curso superior, de curso de pós-graduação, que chega a ser esnobismo o curso de pós-graduação. Mas para mim, Deputado, antes de fazer considerações a respeito do assunto pertinente, acho que o problema, hoje no Brasil, o problema educacional hoje no Brasil, é um problema de base, de estrutura, e tem um fundamento específico no desvirtuamento da lei, cuja inspiração foi de um grande homem público que hoje vive fora do País.

O seu inspirador não vive no País, e aqui desvirtuaram aquilo que era para ser pregado, apregoadó, lecionado no Brasil. E os cursos de pós-graduação, dizia, que é a carta patente da desvirtuação, do desvio de finalidade das universidades; da falta de capacidade de formação de técnicos à altura de cursos superiores.

E isto será reconhecido até pelas autoridades, e o próprio Ministro da Educação, teria já reconhecido isto, e já estava, inclusive, causando preocupações ao Ministério.

Quando Vossa Excelência foi aparteado pelo Deputado Luiz Alberto, ele disse que o Ministro da Educação não conseguiu a federalização das universidades; não conseguiu melhorar as universidades.

Se um ministro não consegue federalizar as universidades de seu Estado, não sei o que era Tarso Dutra, quando conseguiu federalizar as universidades do Rio Grande do Sul.

E o pior de tudo é que o ex-Ministro da Educação que também passou pelo Ministério da Agricultura, não conseguiu resolver os problemas dos posseiros deste Estado, problema que já vem desde antes à sua época de Governador.

E ainda há poucos dias, houve aqui, uma discussão muito séria a respeito dos problemas de posseiros de Toledo, do Distrito de São Pedro. E agora as polêmicas estão surgindo e a Comissão de Terras está agilizando - os jornais de hoje até publicam. Então, temos dúvidas de quem é que manda neste País: são os Ministros, é o Governo, são as multinacionais interessadas em manipular, com todos os recursos do trabalho brasileiro, da matéria prima brasileira? São as "Blochs", as editoras estrangeiras, alienígenas, que estão tomando conta do País?

Será que estão tomando conta da cultura brasileira, da dignidade dos homens públicos brasileiros também?

Essa pergunta que fica sem resposta, eminente Deputado, e que cabe neste aparte.

Por outro lado, não teria condições de fazer com que o patrimônio das universidades passassem para o governo federal?

Pergunto, e o problema da TELEPAR, o problema da Rede Ferroviária Paraná - Santa Catarina? Perguntaria mais, os 230 milhões de dólares que passaram a toque de caixa, nesta Casa, com esta maioria esmagadora de 34 Srs. Deputados contra os 24 do MDB? Mesmo que não quiséssemos que não passasse nada neste Parlamento, este empréstimo passaria só com uma pequena ordem do Governo do Estado, quanto mais de um Ministro, que além de Ministro, mandava no Estado.

Datíssima vênha, se me permite o termo, não é possível dizer-se que um Ministro não consegue, se um Ministro de Agri-

cultura, que de agricultura pouco conhece, faz uma mobilização, faz um milagre de subir o óleo de soja, em duas semanas, em mais de 30 por cento?

Ora, nobre Deputado, fico aqui estarecido e até constrangido. Fico até acanhado de não saber mais onde me situo neste contexto geral do Brasil.

Lamento profundamente, que não se tribute, aos homens que estão dirigindo, as responsabilidades dos efeitos abusivos e da política errada.

E agora, o Sr. Governador do Estado está indo à Brasília para propor a extinção dos partidos políticos. E houve até negativa disso, até da própria Liderança, quando os jornais de São Paulo estão a publicar que ele não foi a serviço administrativo, mas propor a extinção da Arena e do MDB, dos partidos políticos.

Ora, nobre Deputado, tenho que ficar constrangido de dizer essas verdades. Lamento profundamente que essas faculdades não tenham sido federalizadas.

O que precisamos fazer é ter consciência de que a Nação inteira precisa de uma reformulação. Reformulação dos costumes políticos, reformulação da legislação tributária, reformulação de uma Constituição que está apodrecida, aos retalhos desta Revolução que já foi longe demais.

E a verdade, Deputado, é que nos todos, homens públicos, se tivermos consciência do futuro, precisamos ter coragem de mudar as estruturas sociais, econômicas, institucionais, para dizermos que o Brasil está sendo tocado no fundo, no âmago de sua alma, pelo capitalismo internacional.

O que precisamos é ter consciência de que a Nação inteira está sob pressão econômica do capitalismo estrangeiro.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, com seu brilhantismo, com aquele entusiasmo que o caracteriza, como representante do povo, devo dizer que Vossa Excelência me dá razão plenamente, quando pregamos, desta tribuna, a necessidade de ser repensado totalmente o modelo educacional brasileiro.

E quando Vossa Excelência enfatiza a influência externa sobre uma base cultural brasileira, Vossa Excelência seguramente, está vendo o homem que saiu da escola, está vendo o nosso acadêmico, está vendo o nosso estudante de segundo grau, e neste momento em que conclamo os representantes do povo nesta Casa, da ARENA e do MDB, a repensarem este mesmo modelo, estou olhando aquela multidão de milhões de crianças de 6 meses de idade a 6 anos, multidão esta que está, hoje, condicionada a interesses que nem sempre são os da família, porque, a família é angustiada, sufocada e apertada pelas consequências do modelo econômico que aí está; sufocada, asfixiada e apertada pela tendência urbanizante, acelerada e maciça da Nação brasileira, tem, necessariamente, que mudar o seu conceito patriarcal, abrangente e amplo de família, e sair, marido de um lado, esposa de outro, a tentar ganhar dignamente o pão que lhe permita também uma vida digna.

Daí porque conclamamos os representantes do povo, a este repensar de rumo, a esta reciclagem de entendimentos. Acho fundamental. É claro que todo o modelo deve ser alterado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Creio que Vossa Excelência tem razão quando diz que é preciso repensar educação, que é preciso repensar até procedimentos políticos. E creio que tem razão o velho Aristóteles, o sábio Aristóteles, quando dizia que: "o importante, em matéria de política, é se definir bem, as palavras".

Não é possível que, numa discussão sobre assunto educacional, se levante, para se argumentar, à falta de outros argumentos válidos, aspectos educacionais ou problemas de terras.

Não sei discutir desta forma, porque acredito, é uma tentativa de confusão mental a se impor no Plenário.

Com relação ao problema do Governador Ney Braga, ninguém desconhece que, neste Estado, em 1960, quando ele assumiu, nós vivíamos gravíssimos problemas de terras. Na minha região mesmo, foi criado um Grupo Executivo de Terras, dirigido hoje pelo Deputado Deni Schwartz, que pode trazer o seu testemunho aqui, do quanto foi feito em favor dos posseiros do nosso Sudoeste.

Concordo com Vossa Excelência, que há muitos problemas no Paraná a serem resolvidos. Nós vivemos num País, com dificuldades financeiras, vivemos num País que está num processo de desenvolvimento, lutando contra trustes multinacionais, mas eu, Deputado, não me considero dono da verdade, e nem quero, desta tribuna, tentar dar lição em ninguém, como não aceito que se atirem "slogans" pré-fabricados para se combater homens públicos que têm um passado de trabalho e honradez.

Admito, Deputado, discordâncias em termos políticos, em termos de filosofia político-partidária, Creio que o Governador Ney Braga tem, como líder político que é, incontestavelmente, porque ganhou todas as eleições de que participou neste Estado, num processo de revolução popular que ele iniciou - quer queiram os críticos apaixonados, quer não queiram - tem a obrigação de discutir assuntos graves como este da reformulação partidária e eu, pessoalmente, quero declarar que sou favorável à reformulação partidária, porque creio que é necessária, num processo de abertura que vivemos com o Presidente Figueiredo, que está dando a anistia tão reclamada pela sociedade brasileira, a sociedade brasileira que é composta por políticos da Arena e do MDB, que é composta pelas Forças Armadas e pela sociedade civil, pelo clero, pelo industrial, pelo operário, pelo comerciante, todos nós queremos viver um tempo democrático nesta terra, não um tempo de falsas liberdades como vivemos num passado não muito recente, e o Governador Ney Braga, com a autoridade do seu passado político, tem a obrigação, porque, política e administração se fazem juntas, de ir à Brasília e de discutir, como um dos mais autênticos líderes populares deste País, a reformulação partidária que se inicia.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Entretanto, não vou desviar o rumo do assunto aqui tratado para esse tipo de considerações.

Tem o aparte o Deputado Friedrich.

O Sr. Nelson Friedrich — Ilustre Deputado, eu estranho normalmente o homem público, ainda com maior rigor, quando aceita idéias que devemos reformar as coisas, que devemos reciclar posições, devemos repensar modelos.

Aceita-se teoricamente, porque na prática se faz o inverso, porque não tenho a menor dúvida, Sr. Deputado, a situação em que vive a educação brasileira, o maior câncer social que pode existir num país, numa nação, e desleixo com que estão colocadas as crianças brasileiras, os desvios que se praticam em todos os sentidos, tiveram de muitos dos atuais políticos que agora acordam para a democracia, tiveram a participação, foram efetivamente artífices desses desvios, e é por esta razão que já tinha até dispensado, ilustre Deputado, de dar um aparte, devido a uma série de desvios que se fizeram ao seu pronunciamento, mas quando se falou tanto aqui em ex-Ministro, quando inclusive tentou-se colocar uma parte da história não recente como de apenas de algumas liberdades, é preciso dizer que efetivamente foi naquelas épocas que surgiram homens que acabaram na continuidade do poder, participando desse mesmo desencontro nacional que nós temos hoje, do abandono em que vive a sociedade brasileira, do abandono em que vive a criança, a educação, o operário, enfim, todos os segmentos sociais.

Foi uma época em que surgiram, mas abandonaram as



suas origens e a classe política tem uma grande responsabilidade, principalmente aquele que ao longo dos quinze anos ficou bajulando, aceitando passivamente, a arbitrariedade, o desvio que aceitou a tortura, que aceitou a aplicação de verbas em outros setores que não os essenciais, que admitiram ultrapassar-se as prioridades para que em nome de uma segurança nacional, questionável e até hoje questionada em todos os sentidos, se colocasse orçamentos do Ministério de Educação e Cultura, na pior fase da história do Brasil, quando se extirparam das Constituições brasileira e estaduais determinados artigos que exigiam que os municípios, os Estados e a União tivessem um posicionamento mais definido em seus orçamentos quanto ao problema educacional.

São esses os artífices de ontem, são esses os comprometedores que comprometeram o presente e comprometeram o futuro, porque foram omissos. No momento em que deveriam ter assumido a responsabilidade social do País, tiveram em suas mãos os maiores instrumentos da excepcionalidade da história desta Pátria, o que fizeram desse instrumento? Aonde é que está o povo que eles clamam, aonde é que está o operário, aonde é que está o estudante, aonde é que está o funcionário público, onde está a grande camada social brasileira?

Quando nós vemos uma minoria está aí absorvendo todo o contexto social e o resultado da luta, do trabalho, uma minoria privilegiada, mantida sob um controle de um capital monopolista, de uma situação trazida através de forças alienígenas. Fala-se numa Revolução de 64 aqui nessa Casa, que o povo fez. Que povo foi esse? Quando o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais patrocinado pela CIA, numa denúncia recentemente feita por uma das maiores obras de brasilenites existentes no País, provou que o IPES formou um seguinte degrau da violência social desse País, formando o SNI sob o controle do General Golbery do Couto e Silva e o FBI, CIA por traz da história toda, que desestabilizaram o regime brasileiro, como desestabilizaram o regime no Chile, como desestabilizaram tantas coisas, como levaram inclusive, Deputado, brasileiros para irem invadir e tomar lá uma posição de defesa da República Dominicana, porque forças democráticas estavam se posicionando ante aquela semvergonhice de um Governo, em nome do comunismo que estava ameaçando aquela sociedade, o brasileiro foi para lá e, grande parte dos políticos brasileiros, de braços cruzados, assistiram a tudo isto. Agora, se fala em nome do povo; que esta Revolução foi feita para o povo! Que povo?! O que fez a Revolução? O que fizeram os homens que estiveram no poder durante todo esse período?

Gostaríamos que, efetivamente, se questionasse, acima de tudo, Deputado, a qualidade de vida do povo brasileiro; um País não se mede por uma usina nuclear; um país não se mede por obras faraônicas, tipo Itaipu, Ponte Rio-Niterói, Transamazônia. Um País se mede pela qualidade de vida de seu povo e o que se fez, neste País, com todo instrumental de exceção que teve este Governo, este regime? O que fizeram esses homens que estiveram nos postos, para melhorar a qualidade de vida? Para diminuir o analfabetismo? Para diminuir a mortalidade infantil? Para aumentar, enfim, o valor supremo de um país, que é seu povo, e a sua qualidade de existência?

Muito obrigado, ilustre Deputado.

**O Sr. Quielse Crisóstomo** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. RENATO BERNARDI** — Infelizmente, Sr. Deputado, tenho um minuto e usarei esse um minuto para concluir.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Só colocar o seguinte a Vossa Excelência: que eminentes líderes do Movimento Democrático Brasileiro, participaram da pior época da ditadura de

Getúlio Vargas e, que, portanto, talvez, nós estejamos vivendo este regime, exatamente, pelo posicionamento de líderes do MDB que, no passado, participaram de terríveis problemas de tortura da vida nacional e Vossa Excelência conhece os nomes. Vossa Excelência sabe que, por exemplo, a emenda que estabeleceu municípios hidrominerais, é do Presidente do seu partido.

**O SR. RENATO BERNARDI** — Aliás, a história registra fatos de maneira que não seria nem bom citar, aqui, poderia, inclusive, comprometer a imagem pública do Partido de Vossa Excelência.

Mas, Sr. Presidente, eu termino a minha explanação, colocando-me favorável à aprovação deste projeto e ...

**O Sr. Quielse Crisóstomo** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. RENATO BERNARDI** — Eu não tenho mais tempo, Deputado, eu estou tentando concluir meu pronunciamento; procurarei ser o mais democrático possível nesta tribuna...

Mas, Sr. Presidente, quero concluir, favorável, em tese, à criação da Universidade Estadual de Paranaguá; entretanto...

**O Sr. Quielse Crisóstomo** — Um apartezinho, Sr. Deputado, para terminar, aqui o assunto; bem curtinho.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 99/77, de autoria do Deputado Accioly Neto. — Encerrada a discussão, em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Aírton Cordeiro.

**O SR. AIRTON CORDEIRO** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Assembléia aprecia o projeto de lei de autoria do ex-Deputado Accioly Neto e que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar, sob forma de Fundação, a Universidade Estadual do Litoral. Devo, primeiramente, dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que louvo a iniciativa do Deputado Accioly Neto, que sentiu, ao seu tempo de parlamentar, a grande preocupação do povo de Paranaguá, particularmente, da juventude, que, ansiosamente, aguarda o momento de poder possuir, em seu município, uma universidade.

Paranaguá hoje possui uma faculdade e é objetivo de sua grande comunidade ter também uma universidade. Sabemos todas as implicações que a criação de uma universidade gera. Sabemos todas as dificuldades que o sistema educacional brasileiro vive no momento. Sabemos que de cada mil brasileiros que ingressam no primeiro grau, um, conclui a universidade.

Logo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é justo que se aprove esta iniciativa do ex-Deputado Accioly Neto e que se atente, e bem, para as necessidades da população do litoral paranaense.

O que me causa estranheza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que na análise desta matéria, este Plenário esteja praticamente a se ocupar de um julgamento intempestivo do ex-Ministro da Educação e atual Governador do Paraná. Critica-se a ausência de providências do Sr. Ney Braga para federalizar as universidades estaduais do Paraná. Tenta-se imputar toda a responsabilidade a um Ministro de Estado, que natural do Paraná, não teve as condições que eu estou certo gostaria de ter, para federalizar as universidades estaduais paranaenses; como se fosse, no Ministério, um Ministro só do Paraná e não tivesse a obrigação de atender a todo o Brasil.

Mas ainda este argumento, a meu dever, Sr. Presidente, ele é insuficiente para se fazer justiça ao comportamento altamente paranista de Ney Braga, quando Ministro. Só pode ignorar o que Ney Braga fez pela educação do Paraná, quando Ministro, aquele que se distancia da realidade social, pela deliberada intenção de manipular números, de jogar com palavras e de pretender desmerecer o trabalho daqueles que muito fizeram pela causa paranaense.

E eu, Sr. Presidente, quero fazer justiça, neste plenário,

ao papel político e também administrativo que foi desempenhado pelo Governador Ney Braga ao tempo do Ministério da Educação, quando abriu todas as portas do Governo Federal para que o Paraná tivesse a melhor atenção possível do Governo Federal.

E diante disso o que aconteceu? A rede física escolar paranaense da Secretaria da Educação, cresceu como em nenhum Estado brasileiro. Em Curitiba nós chegamos ao ponto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de possuir uma rede física escolar que permitiu aos nossos escolares a possibilidade de andar no máximo mil metros para chegar a escola. E de onde vieram esses recursos?

Do Ministério da Educação. E quem é que estava no Ministério da Educação? Um paranaense, Ney Braga.

O grande mal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que no Paraná ainda se cultiva esta figura hedionda da autofagia, porque nenhum paranaense de destaque nacional, recebeu, até hoje, não, a unanimidade do elogio, mas o reconhecimento. E este reconhecimento independe de posições político-partidárias.

O que se pretende é só fazer justiça. E nenhum paranaense, em todos os tempos da história político-administrativa deste País, tanto e com tanta sinceridade, pelo nosso Estado, como Ney Braga Lembrou bem o Deputado João Mansur, quando disse que devemos julgar os homens pelo que fez e não pelo que deixou de fazer, porque se nós fizermos uma pesquisa a mais elementar possível, no nosso meio de trabalho que é esta Casa Legislativa, nós chegaremos à conclusão de que fizemos alguma coisa, mas que deixamos de fazer muito.

E para o bom político, aquele que pauta a sua atuação com sinceridade, é bom sempre dizer, que nós devemos nos lembrar daquilo que realmente precisamos fazer. E sempre foi esta a preocupação do Governador quando Ministro.

Todas as insinuações, a ironia, tudo isso, significa a falta de uma argumentação mais consistente para fazer críticas àquele que como Ministro da Educação foi na verdade um grande embaixador do Paraná, em Brasília junto ao Governo Federal.

Que não se ignore a realidade, que não se adote nenhuma posição política, mesquinha, mas que se faça realmente, justiça a quem tanto trabalhou e a quem tanto trabalha pelo nosso Paraná.

Só assim, entendo a política, com esta grandeza, com esta dignidade, porque de resto, Sr. Presidente, é trazer a este plenário, atitudes pequenas, que em nada colaboraram para o aperfeiçoamento político que se pretende.

Voto favoravelmente, a este projeto de lei, por Paranaguá, pelas necessidades que Paranaguá tem, e, ao mesmo tempo, porque sei que não faltará ao Governador, boa vontade, se estiver ao seu alcance, para promover a instalação de uma Universidade em Paranaguá.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação o Projeto de Lei n.º 99/77. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 09/79, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que torna obrigatório nas Escolas Públicas e Particulares de Ensino de Primeiro Grau, o estudo da disciplina "Ecologia e Meio Ambiente". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que cria o Município de Vera Cruz do Oeste, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Céu Azul, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, existe um requerimento subscrito pelos Srs. Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezzi, com o

seguinte teor: (Lê):

"Senhor Presidente.

Requeremos, ouvida a Casa, a constituição de uma COMISSÃO ESPECIAL, integrada por cinco (05) Srs. Deputados, à qual incumbirá opinar sobre quaisquer projetos que visem a criação de municípios.

Requeremos, também, que a essa COMISSÃO sejam encaminhados todos os projetos que tenham esse sentido e venham a ser apresentados ou já estejam tramitando, inclusive aqueles que, eventualmente, já se encontrem na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(aa) ERONDY SILVÉRIO e NILSO SGUAREZI"

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vejo hoje, na primeira página de "O Estado do Paraná", também divulgada nos demais jornais da Capital, a nota do Prefeito Municipal de São João do Ivaí, com referência a criação do Município de Lunardelli, cuja nota, nos seguintes termos:

"O Deputado Gilberto Carvalho, foi acusado, ontem, de usar má-fé, ao apresentar projeto na Assembléia Legislativa, criando o Município de Lunardelli, desmembrado do Município de São João do Ivaí, pois não consultou o Prefeito, os Vereadores e nem o povo. Além disso, conseguiu fazer com que a matéria tramitasse, na surdina, pela Assembléia. Acusação é do Prefeito de São João do Ivaí, José Francisco Queiróz que, na companhia de cinco vereadores, esteve na Assembléia Legislativa. O projeto só passou por uma comissão, a Comissão de Justiça, da qual Gilberto Carvalho é o Presidente, tendo parecer favorável."

Srs. Deputados, em primeiro lugar tenho que dizer da integridade dos Srs. Deputados que compõem a Comissão de Justiça. Na Comissão de Justiça nós temos nos reunido e discutido, analisado os projetos, as mensagens que para lá são encaminhados, com inteira isenção, até de cor partidária, mas sempre visando os interesses do Estado, o interesse do povo.

Quis este Prefeito insinuar "da qual eu sou o Presidente". Não é o fato de ser Presidente daquela Comissão, que seja dono da Comissão. Merece todo o nosso respeito, todos os Srs. Deputados que compõem aquela Comissão de Justiça. E se passou por aquela Comissão de Justiça, foi porque obedeceu toda a orientação em que expõe a Lei Orgânica dos Municípios, em que diz que são condições para que o território se constitua em município, além dos fixados pela lei federal, a seguintes: ser distrito a mais de quatro anos, apresentar distância não inferior a dez quilômetros da sede do município, ter continuidade territorial e não interromper a de outro, a da criação do município mencionará o nome, divisas, os distritos com as respectivas divisas, o ano da instalação.

O Prefeito, inicialmente, foi ao Canal 8, de Maringá, procurando jogar o povo de São João do Ivaí contra minha pessoa, alegando de que o projeto de lei que eu apresentei, ia deixar o Município de São João do Ivaí menor do que o município a ser criado. Foi ao distrito de Godoy Moreira, onde nós temos um pedido de instalação do serviço de abastecimento de água, e a implantação da reforma do ensino e lá, ele disse que com a criação do Município de Lunardelli, o município novo não teria condições de dar este atendimento e que o povo não aprovasse a criação deste município.

Srs. Deputados, o Município de São João do Ivaí tem 644,781 quilômetros quadrados, correspondente a, aproximadamente, 26 mil alqueires. O município a ser criado, ficará com duzentos quilômetros quadrados, correspondentes a oito mil, duzentos e sessenta e quatro alqueires, ficando um remanescente para o Município de São João do Ivaí, de

18.379 alqueires.

Portanto, não é verdade que o município fica menor. Mas alega agora, hoje procurando os Srs. Deputados, os quais eu agradeço o apoio que recebi, tão logo cheguei nesta Casa, o pronunciamento do eminente Deputado Dácio Leonel, Deputado Jurandir Messias, enfim, a todos que falaram comigo, perguntando como ficaria e recebi, em seguida, uma sugestão das duas lideranças, ARENA e MDB, para que retornassem todos os projetos de criação do município, à Comissão de Constituição e Justiça, para que fossem instruídas outras certidões mais atualizadas. E eu, prontamente, concordei, porque não temos nada a esconder. Claro que com a atualização das certidões, aumentará ainda aquilo que nós dissemos, que é um município que vai ficar com mais de 20 mil habitantes; é um município que tem 4.200 eleitores, pela estatística que eu apresentei. O Banco Itaú, o único banco neste distrito, com depósitos de 25 milhões de cruzeiros e terei esses dados a confirmar, na Comissão de Justiça; por isso fui de pleno acordo para que se retornasse à Comissão, para estudo dos Srs. Deputados. Mas alega ainda o Prefeito, de que, com o desmembramento, os municípios não terão condições de sobrevivência; apresento, Srs. Deputados, na minha região o Município de Califórnia que tem uma área menor do que a do Município de Lunardelli, que estou propondo a sua criação, cujo município é de 145,971 km<sup>2</sup>.

O Município de Rio Bom que também é menor do que o município que eu estou propondo, que tem uma área de 170,360 km<sup>2</sup>. Mas tenho ainda a Comarca de Jandaia do Sul, que é um município pujante, que vem se desenvolvendo dia a dia, que tem 185,067 km<sup>2</sup>.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tenho que concordar em parte com o prefeito: que é difícil um município sem arrecadação. Mas é difícil, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um município todo para o Prefeito administrar; pela péssima administração que vem realizando no município. O Município de Lunardelli, em sua sede, quase todas as ruas sem lâmpadas; nós tivemos que criar lá um Conselho Comunitário, em que tem a participação da Igreja, dos trabalhadores, do comércio, para juntos fazer alguma coisa, para aquele distrito. E lá em São João do Ivaí, também nós estamos criando, por proposta de um vereador na Câmara Municipal, que seja criado um Conselho Comunitário; que terá a participação do Lyons, do Rotary Clube, da Igreja, do comércio, da lavoura, para que possa melhor orientar; para que não haja tanto desmando, no município daquele que vem desenvolvendo, um município daquele que precisa uma melhor administração.

Correndo as suas estradas, nós verificamos um completo abandono. Mas, Sr. Presidente, há poucos dias, foi pedido na Câmara Municipal uma autorização para que fizesse um empréstimo de dois milhões de cruzeiros, para pagamento de funcionário. Esse empréstimo foi feito numa financeira; os Srs. sabem quanto custa o empréstimo de uma financeira. Mas não deu para pagar, os funcionários ainda estão em atraso. Mas tem uma exceção, São João do Ivaí é o único município do Brasil que tem a carteira profissional própria. É um município que mandou confeccionar uma carteira para pagar os funcionários da CLT e registrar naquela carteira para livrar dos encargos sociais; que nós já denunciemos juntos à Delegacia do Trabalho, aqui em Curitiba, para que tomasse as devidas providências.

Recebi também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um elevado número de assinaturas; dizendo que são contrários à criação do Município de Lunardelli. Assinaturas é tão fácil de pegar, de encaminhar numa escola e conseguir o número que quiser. Se veio quatro eu tenho condições de conseguir mais de dez mil. O que eu trouxe no meu projeto apresentado, foi a assinatura de cem eleitores com o número do título na frente e firma reconhecida; esses abaixo-assinados, nós temos que reconhecer, porque tem o número do título e a firma reconhe-

cida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é o Município de São João do Ivaí (mostra o mapa do município); essa faixa aqui é a divisa Lunardelli que nós estamos propondo a criação; em que ficará Lunardelli e Godoy Moreira com 8.300 alqueires. É um município constituído de minifúndios, em que predomina o café, grande produção de feijão; as plantas intercaladas. É um município que tem condições de sobrevivência, mas aquela alegação de que Godoy Moreira ficaria sem água, não é verdade. Recebi hoje, da SANEPAR, um comunicado, de que está aprovado para Godoy Moreira e Lunardelli, a implantação dos serviços de abastecimento de água até 1981.

Teria, Sr. Presidente, muito mais a comentar, e já reservei para o próximo sábado, no Canal 8, onde irei responder pessoalmente a todos esses dados, para que o povo daquele município tome conhecimento.

Mas quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que estamos de pleno acordo com o retorno dos projetos para análise, e para que seja solicitado pela Comissão Especial todos os documentos que julgar necessário, mas espero a compreensão dos eminentes Srs. Deputados, que nos ajudem na criação do município, quando este projeto aqui voltar, porque vai beneficiar o município que está clamando por mais de sete anos.

O Deputado Nilso Sguarezi, quando fez o pronunciamento, disse que tem documentos de 1971. Por aí prova que não foi feito na surdina, que todos tinham conhecimento, e nós atualizamos e ainda mantemos aqueles documentos antigos, porque foi uma reestruturação de um projeto que tínhamos apresentado.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Leônidas Chaves.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi atentamente as palavras do eminente Deputado Gilberto Carvalho, quando se referia à retirada do projeto de lei que visa criar mais um município no Estado do Paraná.

Eu, data vênica, eminente Deputado, conheço a situação dessa região desde a quinze ou vinte anos passados. Conheço a criação, a época da criação do Município de São João do Ivaí, e quero, neste momento, lembrar um Deputado que por aqui passou, e que foi Mattos Leão, que foi o autor do projeto que criou o Município de São João do Ivaí, posteriormente, criando o distrito de Lunardelli.

E eu pediria permissão para lembrá-lo, que nem sempre o que é legal é justo; nem sempre a legalidade de um ato traz no seu bojo a justiça que a comunidade espera.

Entendo perfeitamente o seu espírito grandioso em aquiescer ao convite do eminente Deputado Líder da ARENA nesta Assembléia, e também do eminente Deputado Nilso Sguarezi, em permitir a retirada do projeto que tramita nesta Casa para uma posterior discussão e uma análise melhor, mais formal, e que o tempo, sem dúvida nenhuma, se encarregará da sua aprovação ou não.

Cabe-me, neste momento, Vossa Excelência com a devida permissão, fez alusões da má administração existente no Município de São João do Ivaí. E eu quero, com todo respeito, eminente Deputado, e Vossa Excelência sabe que o respeito, o considero líder naquela região, líder do Vale do Ivaí. Realmente é um líder incontestado, é um homem que está trabalhando há muito tempo por São João, por São Pedro, por Marumbi, por aquelas comunidades que esperam muito mais ainda de Vossa Excelência.

Peço permissão para discordar de Vossa Excelência porque conheço o Prefeito de São João do Ivaí, é um homem com quem me relaciono há vários anos. É um homem que conheci a-

qui, na Capital do Estado, como Vereador, batendo de porta em porta, de secretaria em secretaria, nas portas do Palácio Iguaçu, aqui na Assembléia, pedindo sempre por sua comunidade.

Não é, Sr. Presidente, este o momento para fazer a defesa do Sr. Prefeito, mas fazer a defesa da comunidade de São João do Ivaí. Porque, a Câmara de Vereadores é integrada por homens da ARENA e do MDB que, hoje, estão aqui, na Capital do Estado, solicitando a mim, solicitando aos Srs. Deputados, e também a Vossa Excelência, Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que este projeto seja deixado para um posterior exame, para que, realmente, aquela comunidade tenha, ou não, o Município de Lunardelli.

Eminente Deputado, recebi vários telefonemas, no dia de ontem, do povo que habitam o Distrito de Godoi Moreira, que, segundo seu projeto fará parte do Município de Lunardelli, pedindo que esse projeto fosse jogado para um posterior exame.

Foi isso que fiz, antes de assomar a esta tribuna, pedi a Vossa Excelência, ao eminente Deputado Erondy Silvério, ao ilustre Deputado Nilso Sguarezi, que entendera que a pressa da aprovação desse projeto poderá culminar com o desinteresse da comunidade local. Poderá culminar com o prejuízo do Município de São João do Ivaí, município que tem, hoje, uma arrecadação de pouco mais de dezoito milhões de cruzeiros.

Nobre Deputado, agradeço a Vossa Excelência, agradeço a sua compreensão, não quero mais me alongar. E, numa próxima oportunidade, quando seu projeto vier à Casa, ele poderá ser examinado com mais vagar, a fim de que eu, que também represento aquele município, onde recebi uma parcela de votos, e também Vossa Excelência com seu legítimo representante, possamos atender não só São João, mas também Lunardelli, aquela região.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação o requerimento.

O SR. DEL CIEL (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Venho à tribuna como Deputado da Oposição, representando uma grande parcela da população de São João do Ivaí.

É justo e direito que se respeite a vontade, o anseio de um povo que quer se tornar independente e livre.

Reconhecemos que o Distrito Jurídico de Lunardelli, de há muito tempo, vem reivindicando a sua emancipação para Município do Vale do Ivaí.

O Prefeito Municipal de São João do Ivaí, nosso adversário político, Prefeito da Aliança Renovadora Nacional, que, conosco combateu o bom combate no último pleito próximo passado, recebendo, às vezes, críticas deste Deputado, mas que vem a esta Casa representando o Poder Executivo Municipal, trazendo consigo a solicitação do Poder Legislativo Municipal, que não podem ser tripudiados e desrespeitados, pela vontade deste grande poder da Casa do povo paranaense.

E o bom senso imperou e prevaleceu, porque entendemos que, ao invés de se erguerem vozes neste Parlamento para a criação de novos municípios no Estado do Paraná, faz-se necessário que se criem comissões especiais para defesa dos atuais municípios paranaenses existentes, para iniciarmos um grande combate contra a extinção dos municípios de nosso Estado que estão às portas da falência. Concorratários e falidos, a grande maioria dos municípios deste Estado e deste grande País. E se pretender dividir o município de porte médio, para pequeno, com o sistema tributário implantado neste Estado e nesta Nação, é cometer um crime contra a existência do povo de São João do Ivaí, e de Lunardelli porque no nosso entendimento, Sr. Presidente e eminentes Srs. Deputados, estariam gerando um filho predestinado à morte pela subnutrição econômico-financeira. Que nasçam municípios gerados num processo natural, não paridos por anseios outros que motivam a todos nós

da classe política. O eminente Deputado Gilberto Carvalho, representante daquela região pela Aliança Renovadora Nacional, Deputado Leônidas Chaves e tantos outros que conquistaram uma parcela da simpatia do povo de São João do Ivaí, temos confiança, Sr. Presidente e eminentes Srs. Deputados, que, todos nós, conhecedores da situação dos trabalhadores da Prefeitura Municipal de São João do Ivaí, que tiveram por muitas vezes os seus salários atrasados por três, quatro ou cinco meses — e poderia até para um aproveitamento político, incriminar o atual Prefeito de São João do Ivaí, meu adversário político naquela terra, que combateu a nossa candidatura mas entendo que estaria sendo injusto, Sr. Presidente, porque sei que a União e o Estado abocanha toda a receita gerada neste Estado do Paraná e nos Estados da República Federativa do Brasil, fica, o todo-poderoso Governo Federal e o Governo Estadual, com 92 a 93 por cento das receitas tributárias das riquezas geradas pelo nosso povo e pela nossa gente — mas, de São João do Ivaí, município de porte médio para pequeno, já não consegue arcar com as suas responsabilidades econômico-financeiras privando até os trabalhadores braçais, dos seus salários, como poderá sobreviver São João do Ivaí e o nosso querido Distrito Judiciário de Lunardelli, de médios para pequenos, partidos ao meio? Dividiriam as migalhas que os poderosos desta Nação destinam aos nossos municípios?

Então, a luta deste Poder, no meu entendimento, Sr. Presidente e eminentes Srs. Deputados, é pela conquista da maior participação dos Municípios na distribuição das riquezas geradas com o suor, o sangue, o sacrifício do povo que habita em cada município paranaense, desde o trabalhador mais humilde, até o profissional liberal mais bem situado economicamente em cada sociedade municipalista, produzindo e gerando riquezas para engordar os bolsões dos Ministérios desta República que mal gere, mal administra esses recursos, impondo, assim, uma situação caótica, Sr. Presidente, para todos os nossos prefeitos municipais.

Venho à tribuna, para, respeitando o direito de independência do Distrito de Lunardelli, deixar registrado aqui, o meu posicionamento e haveremos de um dia criar o Município de Lunardelli pela autoria do eminente Deputado Gilberto Carvalho. Haveremos sim, eminente Senhor Presidente, mas antes disto, haveremos todos nós parlamentares deste Estado e deste País, de encontrar as soluções para reforma na distribuição do sistema tributário que aí está a induzir as nossas prefeituras a falência e então poderemos dar vida a municípios, desmembrando distritos, de comunidades como a de São João do Ivaí e de tantas outras.

Agradeço, Senhor Presidente e eminentes Senhores Deputados, a oportunidade que se nos ofereceu, para lembrar da necessidade que se inicie, até oficialmente, através deste Poder, e nós, em nossa região, estamos procurando alcançar juntamente com os Deputados Fiori Luiz, Tavares, Waldyr Pugliesi, através de movimentos regionais, na região de Maringá, pelos companheiros Renato Bernardi, Antônio Facci. Movimentação de vereadores e prefeitos, para, num só momento, porque a célula mais importante são os municípios. Se prefeitos e vereadores se conscientizaram da sua força, se unirem e se pedindo, não atendem, como não atendendo estão de há muito tempo, unidos prefeitos e vereadores deste Estado e deste grande País, imporão aos atuais dirigentes desta grande Nação, uma melhor distribuição das riquezas geradas em todos os nossos municípios.

Não vamos mais permitir, Senhor Presidente, que fiquem com a parte do leão, centralizada nas mãos do Governo todo poderoso, enquanto as nossas prefeituras vão caminhando para a falência e os prefeitos a implorar de chapéus nas mãos, para que os Deputados e aí no caso, os Deputados situacionistas, busquem recursos junto ao Governo estadual e federal, para alimentar as necessidades econômico-financeiras do seu município,

onde os deputados do Partido Situacionista mantêm a liderança eleitoral.

Entendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sem querer injustiçar a "a" ou a "b", que o Deputado Gilberto Carvalho representa nesta Casa a maioria dos eleitores de São João do Ivaí; por não ser ou pertencer ao mesmo grupo do atual prefeito, não fica ele descompromissado, como descompromissado não tem se demonstrado nesta Casa, com o povo daquela terra.

Tem ele, como nós temos aí no caso, a obrigação de vir denunciar quando a população se defronta com as grandes crises em função da má administração dos recursos públicos, mas quando não há recurso público para se administrar e se gerir, Senhor Presidente, então temos que centralizar, temos que focalizar o problema onde ele realmente reside, e está na concentração da economia nacional, na mão do Governo federal. Governo que empobreceu o povo brasileiro, governo que está a exterminar com os nossos municípios, célula mater de toda e qualquer nação nesse nosso grande Universo.

Venho à tribuna, não querendo adentrar nos problemas partidários que envolveu os interesses dos eminentes Deputados Gilberto Carvalho, Leônidas Chaves e do Prefeito de São João do Ivaí, mas venho à tribuna, porque compareceram a este Poder, vereadores do MDB e da ARENA e o prefeito municipal expondo a vontade e o anseio do povo de Godoi Moreira, cuja área atinge à ordem de quarenta a cinquenta por cento do município que pretende o eminente Deputado Gilberto Carvalho criar, através de projeto de lei. Se o povo de Godoi Moreira é contra, eminente Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir, a sua vinculação a Lunardelli, entendo, então, que tem, aí, o Deputado Gilberto Carvalho mais uma força a convocá-lo em defesa dos municípios paranaenses e brasileiros, para que Lunardelli possa se transformar em município independente, econômica e socialmente, num futuro não muito distante, com a melhor distribuição das riquezas geradas pelo bravo povo daquele distrito.

Assim, sendo, Sr. Presidente, concluo a minha passagem por esta tribuna, registrando nosso posicionamento para que se inicie, nesta Casa, a luta em defesa do municipalismo brasileiro e paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

— **Aprovado.** — A Mesa solicita dos Srs. Líderes, a indicação dos Srs. Deputados que irão compor...

Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Já que está criada a comissão.

Num requerimento, eu proporia à Mesa, que a comissão... (inaudível) ... Comissão Especial ... (inaudível) ... e que a ela também fossem encaminhados os projetos de criação dos distritos.

Era esta a sugestão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa recebe a sugestão do nobre Deputado, com emenda, e coloca em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda sugerida pelo Deputado Paulo Camargo...

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, com honestidade, eu não entendi a pretensão do nobre Deputado Paulo Camargo.

O SR. PRESIDENTE — Seria de colocar, no requerimento subscrito pelos nobres Deputados Erondy Silvério e Nilso Sugarezi, uma emenda estendendo na criação dos distritos.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, para encaminhar.

Eu, absolutamente, não quero divergir da opinião, do pensamento do eminente Deputado Paulo Camargo. Entendo que criação de distrito administrativo e criação de município, vai uma distância muito longa uma da outra; distrito, muitas vezes, está cinquenta, sessenta, setenta, oitenta quilômetros

distante da sede, é mais para comodidade das partes para que não tenham que se deslocar para um registro de nascimento, para um casamento, na sede do município. Então, entendo que a criação de um distrito, para criação de um município vai muito longe a diferença; então, pediria ao ilustre requerente, Deputado Paulo Camargo, que fizesse um juízo melhor e colocasse melhor o problema, pensando assim para que as criações de distrito administrativo e, conseqüentemente, judicial, são, tão somente, para o atendimento mais pronto e mais econômico aos moradores e aos habitantes daquele distrito.

É a minha sugestão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda proposta pelo nobre Deputado Paulo Camargo. — **Aprovada.** — A Mesa informa aos nobres Srs. Deputados que, com a aprovação do referido requerimento, vem de atingir o Projeto de Lei n.º 58/79, bem como, que se encontram na Ordem do Dia, outros projetos que, por ventura, venham a estar na Comissão de Justiça da Casa.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que cria o Município de Lunardelli, com território desmembrado do Município de São João do Ivaí, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa aos Srs. Deputados que se encontra sobre a mesa, requerimento do Deputado Nilso Squarezi, que requer retorno do Projeto de Lei n.º 58/79 à Comissão de Constituição e Justiça para apreciação. Com a aprovação do requerimento anterior, fica o mesmo também prejudicado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 124/76, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Mandaguari, objetivando a execução do artigo 37, do regulamento do Código Nacional de Trânsito. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 42/79, que aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, que com a intervenção da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetiva execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 46/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 46/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando operacionalização e execução dos projetos "Apoio Suplementar ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino" e Habilitação de Professores não Titulados - HA-PRONT-PR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 47/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 49/79, que aprova convênio celebrado entre o Instituto de Planejamento Econômico e Social-IPEA e o Governo do Estado, que com a intervenção

de Órgãos que especifica, objetivando a implementação do zoneamento industrial das áreas críticas da poluição.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 54/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de GUARACI, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/79, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — (CABENFALE) —, referente verba de Assistência Social, período de março a dezembro de 1.976. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/79, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova contas referente à recursos repassados pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa (CABENFALE), referente Verba de Assistência Social - exercício de 1978. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/79, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1978. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/77, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública o "Centro Comunitário de Nova Fátima" — CECOM —, com sede e foro na Cidade de Nova Fátima.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 164/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o "CENTRO COMUNITÁRIO DE NOVA FÁTIMA — CECOM" —, com sede e foro na Cidade de Nova Fátima.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1977

(a) GABRIEL MANOEL

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro Comunitário de Nova Fátima - CECOM —, tem por objetivo promover a assistência social no âmbito da comunidade de Nova Fátima.

A cópia dos Estatutos Sociais da entidade que anexamos ao presente comprova as finalidades filantrópicas, bem como o seu caráter exclusivamente beneficente.

Nestas condições, apresentamos o presente projeto de lei que, temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 164/77

#### P A R E C E R

1. O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, objetiva declarar de utilidade pública o "CENTRO COMUNITÁRIO DE NOVA FÁTIMA — CECOM", com sede e foro na Cidade de Nova Fátima.
2. A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências das leis que disciplinam a matéria.
3. Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal, ou constitucional, que possa obstar seu livre trâmite nesta Casa de Leis, e o nosso parecer, portanto, é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;  
RENATO BERNARDI, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS, História de Boiadeiro da Lapa - Paraná.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 39/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS — História de Boiadeiro da Lapa-Pr., com sede neste município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1979

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que pretendemos submeter à apreciação da Casa é dos mais louváveis, pois tem caráter cultural.

O principal objetivo do Centro é estudar e divulgar as tradições brasileiras, principalmente o regionalismo paranaense.

Seus membros viajam pelo interior de nosso Brasil, apresentando ao povo o folclore paranaense e brasileiro.

Realizam e promovem intercâmbios culturais com outras entidades congêneres, promovendo, ainda, cursos, palestras, conferências, rodeios, enfim, tudo que esteja ao seu alcance e dentro de suas finalidades estatutárias.

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos exigidos por lei para atingir a finalidade que ora estamos pleiteando.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 39/79

#### P A R E C E R

1. O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, objetiva declarar de utilidade pública o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS — História de Boiadeiro da Lapa-Paraná.
2. A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências das leis que disciplinam a matéria.
3. Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e o nosso parecer, portanto, é pela sua APROVAÇÃO.

É O PARECER.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;



RENATO BERNARDI, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/79, de autoria do Deputado LINEU TURRA, que declara de utilidade pública o ORFANATO EVANGÉLICO LUZ DE VERDADE", com sede e foro na Cidade de Palmeira. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 52/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o "ORFANATO EVANGÉLICO LUZ DE VERDADE", com sede e foro na Cidade de Palmeira.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1979

(a) LINEU TURRA.

JUSTIFICATIVA:

O ORFANATO EVANGÉLICO LUZ DE VERDADE, que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todas as normas e requisitos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978.

É uma entidade filantrópica, tendo como finalidade o amparo a menores órfãos e abandonados, de ambos os sexos, regularmente internados na entidade, que tenham no mínimo dois e no máximo oito anos de idade, não se fazendo qualquer distinção de classe, raça, credo religioso ou político, dando-se educação, vestuário, alimentação e profissionalização, bem como assistência médica e dentária a seus internos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 52/78

PARECER

O presente projeto de lei de autoria do Deputado LINEU TURRA, tem por objetivo declarar de utilidade pública o ORFANATO EVANGÉLICO LUZ DE VERDADE, com sede e foro na Cidade de Palmeira.

Foram anexadas diversas certidões, bem como cópia do registro de seus Estatutos, devidamente autenticadas.

Segundo se depreende da documentação anexa, a entidade já completou mais de um ano de funcionamento.

O artigo 18 do seu Estatuto, esclarece que nenhum dos membros integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal, não receberão qualquer pagamento, remuneração ou subsídios pelo exercício de suas funções.

Tratando-se de uma Entidade filantrópica, com a finalidade precípua de amparar menores órfãos e abandonados, entendemos estar plenamente justificada a apresentação deste plano de lei, e considerando que foram preenchidos todos os requisitos exigidos para que a mesma possa ser declarada de utilidade pública, opinamos pela APROVAÇÃO DO PROJETO.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

FIDELCINO TOLENTINO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/79, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que declara de utilidade pública o "LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE APUCARANA", com sede e foro na Cidade de Apucarana. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 68/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE APUCARANA", com sede

e foro na Cidade de Apucarana.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1979

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche a finalidade de assistência ao menor desamparado, gratuitamente, a pessoas sem distinção de nacionalidade, cor, religião, sexo, partido político ou posição social.

A obra não distribuirá lucros, dividendos ou vantagens outras de qualquer espécie aos seus sócios, benfeitores, mantenedores e dirigentes, bem como toda a renda patrimonial ou de qualquer origem, será aplicada no País, exclusivamente nas suas finalidades.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 68/79

PARECER

De autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpelini, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE APUCARANA", com sede e foro na Cidade de Apucarana.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação Federal e Estadual reguladora do Instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria de Souza. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Isaías Blum. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Aureliano Mader Gonçalves. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Waderer, constante do expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento do grande artista do teatro brasileiro Procópio Ferreira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando seja instaurada sindicância, para apurar denúncias de irregularidades no Grupo Escolar General Antônio Sampaio. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. (É feita a verificação)

12 Srs. Deputados o aprovam;

23 Srs. Deputados o rejeitam. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 72/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado expediente ao Presidente da FUNDEPAR e ao Sr. Secretário da Educação, objetivando a obtenção de recursos para a construção da sede própria da FACIBEL.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Mário Celso e Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Chefe do Poder Executivo Estadual, sugerindo que sejam procedidas gestões junto ao Governo Federal e Itamarati, visando a inclusão do nosso Estado no roteiro de visitas do Papa João Paulo II, se oficializada sua vinda ao Brasil, em 1980, conforme tem sido amplamente divulgado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando um voto de aplausos ao programa "PARANÁ EM MARCHA", pela forma imparcial como vem se conduzindo na atualidade, sendo levado ao ar por 54 emissoras de rádio do Estado, e apresentando notícias e entrevistas que enfocam o pensamento de homens preocupados com o Estado, sem distinção de cores partidárias.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de louvor à União Paranaense de Estudantes Secundários, pela passagem dos seus 34 anos de fundação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido da designação de um Delegado Especial para investigar as causas do aumento da violência policial no Sudoeste do Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Magistrados do Paraná, pela realização do XII Seminário Regional da Magistratura Paranaense.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à União Paranaense dos Estudantes Secundários, pela comemoração, em data de ontem, de seu 34.<sup>o</sup> aniversário de fundação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao ITC — Instituto de Terras e Cartografia - e ao INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -, no sentido de serem agilizadas providências solucionadoras quando aos problemas possessórios e dominiais existentes até hoje nas áreas de diversos povoadamentos do Município de Matelândia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que informe a data em que entrará em funcionamento o Posto de Saúde da localidade de São Pedro, Município de Toledo.— **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido da conclusão da ferrovia Cianorte-Guaíra.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes ao Sr. Governador do Estado e demais autoridades, no sentido de que sejam elaborados estudos para a criação e construção de parques para a prática educativa de trânsito.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Recursos Humanos, no sentido de que o Governo do Estado tome providências para que sejam ajustados os vencimentos dos Servidores Públicos do Estado, tendo em vista que a alta do custo de vida, segundo dados do IPARDES, deverá atingir acima de trinta por cento em julho.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Vereador Eugênio Bim, que propôs a formação de uma comissão de vereadores destinada a estudar e sugerir medidas para disciplinar o funcionamento dos estacionamento particulares de veículos em Curitiba.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de informar a respeito da paralização das obras estruturais e asfálticas da Rodovia Bela Vista do Paraíso-Primeiro de Maio. Em discussão.— Encerrada a discussão.— Em votação.— Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação)

12 Srs. Deputados o aprovam;

23 Srs. Deputados o rejeitam.— **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido da construção do acesso asfáltico da BR-369 ao Distrito de Juranda, Município de Mamborê.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo do conceituado colonista José Wanderley Dias, sob o título "A Arma de Óleo" da coluna "A vista do meu ponto".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

(A matéria a ser publicada acha-se transcrita no final desta ata)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Secretaria da Educação, sobre a promoção denominada - 1.<sup>o</sup> Campeonato de Truco do Paraná. Ao referido requerimento, foi apresentado outro de autoria do próprio Deputado, solicitando sua retirada da Ordem do Dia por oito sessões. Em votação o requerimento.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo à direção do INPS, no sentido da criação de uma representação local urbana daquele órgão, no Município de Mamborê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao DD. Presidente do Tribunal de Contas do Estado.— O referido requerimento foi retirado atendendo solicitação do próprio autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 45/77, 99/77 e 9/79 e dos Projetos de Resolução n.ºs 2/77, 45, 46, 47, 48, 55, 54 e 56/79.
- 2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 164/77, 39, 52 e 68/79.
- 1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 50, 52, 51 e 53/79.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOÃO ELÍSIO, EM SESSÃO DO DIA 19 DE JUNHO DE 1979.**

#### "A ARMA DE ÓLEO

*Numa das últimas revistas norte-americanas aqui chegadas vi, em caricatura de capa, a idéia central de seu artigo de fundo: um americano tífico moderno e o mapa dos Estados Unidos estrangulados por uma mangueira de bomba de gasolina, aparecendo ao fundo uma máquina registradora com uma cifra astronômica de dólares.*

*O título do desenho e do artigo: Os tentáculos de óleo.*

*A maior Nação do mundo está passando maus momentos com a crise petrolífera mundial que, ao contrário de ter desenhadas uma solução próxima, tende a agravar-se ainda mais, até chegar ao impasse final, se não houver uma reviravolta completa no panorama vindouro, o que, diga-se de passagem, o homem poderá conseguir, pois não lhe faltam recursos, capacidade e mesmo necessidade para tanto.*

*Nação mais pobre, o Brasil não poderia estar a salvo dessa pressão, dentro daquilo que, citando gente mais competente do que eu, chamei de "chantagem petrolífera".*

*Tentarei explicar-me:*

*Temos: problemas sérios, profundos, estruturais mesmo. Estamos livres, felizmente, do ódio racial e religioso, como bem salientou o Professor David Carneiro ao comentar um trabalho de nosso pesquisado Projessor Ruy Wachowicz.*

*País multi-racial. Podermos apresentar alguns aspectos curiosos de uma convivência impossível - lamentavelmente - noutras partes do mundo.*

*Podemos ter, em altos postos, judeus ilustres como Saul Raiz, Maurício Schulmann, Israel Klabin e tantos mais, convivendo amistosamente com brasileiros de ascendência árabe; como o Ministro Said Farhat, ou o Governador Paulo Salim Maluf.*

*No Paraná, temos os Curi, os Farah, os Omair, os Messmar, os Tacla e inúmeros mais, tão brasileiros quanto os Dias, os Rocha, os Silva, os Müller, os Bonkoski, os Nagata, os nisseis, os ucranianos, os Paciornik, os Guelmann e todos os do ischuv.*

*Cumprimentamos, com respeito, o nosso querido Monsenhor Antônio Ward.*

*Dos fundos da residência arquiépiscopal vêem-se os contornos da Mesquita local, de onde o "muezzin" convida para a prece o Alá, o Clemente, o Misericordioso, o único Deus.*

*No âmbito nacional, curvamo-nos ante a dignidade arquiépiscopal do emiente Dom Ignátios Ferzli, autoridade máxima ortodoxa no País.*

*Até mesmo casamentos entre raças milenarmente adversas, temo-los tido aqui e amorosamente bem sucedidos.*

*Achamos, e isso é tipicamente brasileiro, que podemos unir-nos em torno de Deus, unindo-nos como criaturas por Ele criadas.*

*Ainda agora, estou lendo, com a atenção que me merece, o Corão, que me foi enviado, em resumo, por um dos mais nobres espíritos religiosos do Paraná, Mohamad Ahmad Abou Fares, a quem respeito e estimo.*

*O que praticamos aqui, gostaríamos de ver praticado lá fora. Lamentamos, por isso, o ódio cego, a guerrilha, o terror.*

*Não somente o terror bárbaro de nações primitivas, como loucura de um Imperador (?) Bokassa, mandando matar crianças, no maior torpe dos genocídios, e a do felizmente já deposto Idi Amim Dada.*

*Acreditamos na livre determinação, no superior destino do homem e dos povos. Por isto é que tivemos tanta parte na criação do Estado de Israel. Por isto é que desejamos, no Oriente Médio, como em qualquer parte do mundo, uma paz justa, fraterna, em que não exista a impossível uninacionalidade, mas a união em torno do espírito e da coexistência.*

*Gostaríamos de ver Palestinos e Judeus, Árabes e não-árabes, discutindo com abertura a solução para drama multimilenar.*

*Judeus e árabes deram o maior exemplo destes últimos tempos. Begin e Anuar el-Sadat tiveram coragem de transigir, de discutir, de buscar a paz e a convivência.*

*Isso gostaríamos de ver praticado em amplitude. Também entendemos que os Palestinos têm direito ao seu lar, à sua terra, ao seu governo.*

*O que entendemos, porém, é que os homens podem entender-se, sob pena de confessarmos a falência do gênero humano e a inevitabilidade do fim sangrento e de retaliação mútua.*

*Por isso mesmo é que lamentamos profundamente o apoio oficial dado à Organização para a Libertação da Palestina. Note, não à Palestina, mas à Organização em referência, cujos métodos não são compatíveis com o que o Brasil quer aqui dentro e deseja lá fora.*

*Sem comentários, que poderão ser buscados em comentaristas mais eminente, como o nosso Iberê de Mattos, o escritor Barreto Leite Filho, o articulista Marcos Margulies, vamos transcrever, sem quaisquer comentários, o que está na Carta Magna, no Estatuto da OLP.*

**ARTIGO 9.º:** A luta armada é o único caminho para libertar a Palestina.

**ARTIGO 21:** O povo palestino, escolhendo o caminho da revolução armada, rejeita todas as outras soluções.

ARTIGO 22: Os intuitos da OLP visam a destruição da presença sionista.

ARTIGO 22: (ainda): (quanto a Israel) - sua natureza é racista e fanática, suas metas são agressivas seus métodos são facistas.

-o-

É por isto que lamentamos o apoio oficial à organização que prega a violência, já que não cremos nela.

Prefiro entender que os homens poderão entender-se pacificamente. Judeus e árabes têm ascen-

dência comum. Simbolicamente, diríamos que são primos.

Poderão entender-se. Aqui se entendem. Lá fora se entenderão. Não há mais de um Deus, há um só. Portanto, seus filhos não somos estranhos uns aos outros, mas irmãos que devem viver fraternalmente.

Que venha o Dia em que "Shalom" tenha, como eco, o "Salaamalekum", já que seu significado é o mesmo: Paz entre os homens de boa vontade, por Ele, Senhor de todos nós, amados!